



# **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS**

## **EXERCÍCIO DE 2020**



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS .....	4
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	5
DECLARAÇÃO DO CONTADOR.....	5
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – 2020 .....	6
BALANÇO FINANCEIRO – 2020 .....	7
BALANÇO PATRIMONIAL – 2020.....	8
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – 2020 .....	9
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – 2020 .....	10
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – 2020.....	10
NOTAS EXPLICATIVAS .....	11
RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS .....	11
INFORMAÇÕES GERAIS (CONTEXTO OPERACIONAL) .....	12
PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS .....	13
PRINCIPAIS MUDANÇAS NOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS .....	17
CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	17
ESTRUTURAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS .....	19
NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	19
NE 1 - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS PRÓPRIAS DIRETAMENTE ARRECADADAS E DE CONVÊNIOS.....	19
NE 2 – DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS .....	22
NE 3 - EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS.....	33
NE 4 - EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS .....	34
NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO.....	35
NE 5 - INGRESSOS .....	35
NE 6 - DISPÊNDIOS.....	39
NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO PATRIMONIAL .....	40
NE 7 – ATIVO CIRCULANTE .....	41
NE 8 – ATIVO NÃO CIRCULANTE.....	43
NE 9 – PASSIVO CIRCULANTE.....	48
NE 10 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	49
NE 11 – ATIVO FINANCEIRO E PERMANENTE .....	50
NE 12 – PASSIVO FINANCEIRO E PERMANENTE .....	51
NE 13 – SALDO PATRIMONIAL .....	52
ATOS POTENCIAIS A EXECUTAR.....	53
NE 14 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS.....	53
NE 15 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS .....	54



NE 16 – SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL...	54
NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	56
NE 17 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS.....	56
NE 18 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS.....	56
NE 19 – RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO.....	57
NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	58
NE 20 – FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.....	58
NE 21 – FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS.....	59
NE 22 – CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL.....	59
NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	60
NE 23 – SALDO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	60
NE 24 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	61
PASSIVOS CONTINGENTES.....	62
NE 25 – SALDO DOS PASSIVOS CONTINGENTES.....	62
CUSTOS OPERACIONAIS.....	62
NE 26 – AVALIAÇÃO DOS CUSTOS OPERACIONAIS.....	63



---

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

As Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas são preparadas em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, a Lei nº 4.320/64, o Decreto-Lei nº 200/67, o Decreto nº 93.872/86 e a Lei Complementar nº 101/2000, as normas e orientações emanadas do Órgão Central de Contabilidade da União, consolidadas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), e as demais orientações contidas no Manual SIAFI e nas mensagens emitidas por aquele Órgão Central.

As Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (International Public Sector Accounting Standards – IPSAS) foram utilizadas de maneira subsidiária, uma vez que as mesmas estão sendo implementadas na União de forma gradativa conforme planejamento elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região tem a responsabilidade pela elaboração e publicação dada a autonomia administrativa conferida pela Constituição Federal, no caput de seu art. 99. No entanto, é alcançado pela supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, órgão central do sistema, cujas decisões têm efeito vinculante, por força do art. 111-A, inciso II, da Constituição Federal.



## **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As Demonstrações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, Unidade Gestora 080011 – Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e Unidade Orçamentária 15116 (para o Balanço Orçamentário) são as seguintes:

1. Balanço Orçamentário;
2. Balanço Financeiro;
3. Balanço Patrimonial;
4. Demonstração das Variações Patrimoniais;
5. Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

## **DECLARAÇÃO DO CONTADOR**

Esta declaração reflete a Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020 e é pautada na Macrofunção 020315 - Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As Demonstrações Contábeis: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e suas Notas Explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2020 do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI.

Campinas, SP, 05 de março de 2021

**LUIZ ALEXANDRE DE OLIVEIRA**

CRC Nº 1PR055994/O-2

Contador Responsável



## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – 2020

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - 15116 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Em R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	RECEITA			
	1	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>		<b>23.220.436,00</b>	<b>23.220.436,00</b>	<b>23.629.987,63</b>	<b>409.551,63</b>
Receita Patrimonial		933.624,00	933.624,00	691.839,26	-241.784,74
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		933.624,00	933.624,00	691.839,26	-241.784,74
<b>Transferências Correntes</b>		<b>22.286.812,00</b>	<b>22.286.812,00</b>	<b>22.286.812,00</b>	-
Outras Receitas Correntes		-	-	651.336,37	651.336,37
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		-	-	651.336,37	651.336,37
<b>SUBTOTAL</b>		<b>23.220.436,00</b>	<b>23.220.436,00</b>	<b>23.629.987,63</b>	<b>409.551,63</b>
<b>DEFICIT</b>				<b>1.722.167.066,38</b>	<b>1.722.167.066,38</b>
<b>TOTAL</b>		<b>23.220.436,00</b>	<b>23.220.436,00</b>	<b>1.745.797.054,01</b>	<b>1.722.576.618,01</b>
<b>CRÉDITOS ADIC. ABERTOS COM SUPERAVIT FINANC.</b>			<b>26.000.000,00</b>	<b>26.000.000,00</b>	-

Em R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	2	DESPESA					SALDO DA DOTAÇÃO
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>1.705.414.515,00</b>	<b>1.743.636.174,00</b>	<b>1.740.230.606,11</b>	<b>1.726.805.910,22</b>	<b>1.726.533.618,42</b>	<b>3.405.567,89</b>
Pessoal e Encargos Sociais		1.466.790.018,00	1.518.323.646,00	1.515.892.057,17	1.512.576.490,17	1.512.576.490,17	2.431.588,83
Outras Despesas Correntes		238.624.497,00	225.312.528,00	224.338.548,94	214.229.420,05	213.957.128,25	973.979,06
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>2.078.370,00</b>	<b>6.020.339,00</b>	<b>5.566.447,90</b>	<b>5.480.143,54</b>	<b>5.258.924,97</b>	<b>453.891,10</b>
Investimentos		2.078.370,00	6.020.339,00	5.566.447,90	5.480.143,54	5.258.924,97	453.891,10
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>		<b>1.524.532,00</b>	<b>1.524.532,00</b>				<b>1.524.532,00</b>
<b>TOTAL</b>		<b>1.709.017.417,00</b>	<b>1.751.181.045,00</b>	<b>1.745.797.054,01</b>	<b>1.732.286.053,76</b>	<b>1.731.792.543,39</b>	<b>5.383.990,99</b>

### ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Em R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	3	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		-	<b>5.963.822,13</b>	<b>5.122.687,86</b>	<b>5.122.687,86</b>	<b>737.290,25</b>	<b>103.844,02</b>
Outras Despesas Correntes		-	5.963.822,13	5.122.687,86	5.122.687,86	737.290,25	103.844,02
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>68.715,90</b>	<b>246.556,53</b>	<b>315.272,43</b>	<b>315.272,43</b>	-	-
Investimentos		68.715,90	246.556,53	315.272,43	315.272,43	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>68.715,90</b>	<b>6.210.378,66</b>	<b>5.437.960,29</b>	<b>5.437.960,29</b>	<b>737.290,25</b>	<b>103.844,02</b>

### ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

Em R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	4	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>2.751,00</b>	<b>195.032,18</b>	<b>195.032,18</b>	-	<b>2.751,00</b>
Pessoal e Encargos Sociais		-	73.906,96	73.906,96	-	-
Outras Despesas Correntes		2.751,00	121.125,22	121.125,22	-	2.751,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		-	<b>1.205,74</b>	<b>1.205,74</b>	-	-
Investimentos		-	1.205,74	1.205,74	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>2.751,00</b>	<b>196.237,92</b>	<b>196.237,92</b>	-	<b>2.751,00</b>



## BALANÇO FINANCEIRO – 2020

UNIDADE GESTORA EXECUTORA - 080011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Em R\$

	NE	2020	2019		NE	2020	2019
INGRESSOS	5			DISPÊNDIOS	6		
Receitas Orçamentárias		-	-	Despesas Orçamentárias		1.767.274.640,73	1.747.309.920,76
				Ordinárias		1.292.369.865,78	1.451.171.961,56
				Vinculadas		474.904.774,95	296.137.959,20
				Seguridade Social (Exceto Previdência)		38.563.200,00	-
				Previdência Social (RPPS)		380.207.487,00	277.579.568,00
				Dívida Pública		12.683.490,02	-
				Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		43.450.597,93	18.558.391,20
Transferências Financeiras Recebidas		1.734.367.268,86	1.725.408.366,98	Transferências Financeiras Concedidas		48.210.030,43	82.649.253,74
Resultantes da Execução Orçamentária		1.732.811.160,89	1.724.122.096,97	Resultantes da Execução Orçamentária		-	347.636,17
Sub-repasse Recebido		1.732.811.160,89	1.724.122.096,97	Sub-repasse Devolvido		-	347.636,17
Independentes da Execução Orçamentária		1.556.107,97	1.286.270,01	Independentes da Execução Orçamentária		48.210.030,43	82.301.617,57
Demais Transferências Recebidas		960.020,64	635.449,94	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		525.201,76	5.911.828,27
Movimentação de Saldos Patrimoniais		596.087,33	650.820,07	Demais Transferências Concedidas		-	2.400,00
				Movimento de Saldos Patrimoniais		47.684.828,67	76.387.389,30
Recebimentos Extraorçamentários		84.272.522,92	105.612.586,60	Pagamentos Extraorçamentários		5.773.869,25	12.957.838,90
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		493.510,37	196.237,92	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		196.237,92	267.254,73
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		13.511.000,25	6.214.627,06	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		5.442.208,69	12.404.612,82
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		135.422,64	220.382,53	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		135.422,64	285.971,35
Outros Recebimentos Extraorçamentários		70.132.589,66	98.981.339,09				
Arrecadação de Outra Unidade		70.132.589,66	98.981.339,09				
Saldo do Exercício Anterior		63.220.548,60	75.116.608,42	Saldo para o Exercício Seguinte		60.601.799,97	63.220.548,60
Caixa e Equivalentes de Caixa		63.220.548,60	75.116.608,42	Caixa e Equivalentes de Caixa		60.601.799,97	63.220.548,60
<b>TOTAL</b>		<b>1.881.860.340,38</b>	<b>1.906.137.562,00</b>	<b>TOTAL</b>		<b>1.881.860.340,38</b>	<b>1.906.137.562,00</b>

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

**BALANÇO PATRIMONIAL – 2020**

UNIDADE GESTORA EXECUTORA - 080011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Em R\$

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	NE	2020	2019
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>7</b>	<b>65.833.101,00</b>	<b>66.039.292,97</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>9</b>	<b>83.501.184,94</b>	<b>118.332.868,07</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		60.601.799,97	63.220.548,60	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		82.426.994,11	100.148.412,10
Créditos a Curto Prazo		1.527.182,83	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		79.053,37	18.004.434,31
Demais Créditos e Valores		1.527.182,83	-	Provisões a Curto Prazo		516.289,11	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		-	95.234,67	Demais Obrigações a Curto Prazo		478.848,35	180.021,66
Estoques		3.537.372,05	2.622.110,10				
VPDs Pagas Antecipadamente		166.746,15	101.399,60				
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>8</b>	<b>624.612.884,59</b>	<b>630.656.619,32</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Ativo Realizável a Longo Prazo		1.418.400,54	1.420.895,25	<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>		<b>83.501.184,94</b>	<b>118.332.868,07</b>
Créditos a Longo Prazo		1.418.400,54	-	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Demais Créditos e Valores		1.418.400,54	-	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>NE</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		-	1.420.895,25	Resultados Acumulados		606.944.800,65	578.363.044,22
<b>Imobilizado</b>		<b>611.880.787,90</b>	<b>619.996.024,71</b>	Resultado do Exercício		12.125.151,17	174.414.014,42
Bens Móveis		58.194.397,24	66.113.290,07	Resultados de Exercícios Anteriores		578.363.044,22	404.015.720,00
Bens Móveis		136.570.479,60	137.778.655,07	Ajustes de Exercícios Anteriores		16.456.605,26	-66.690,20
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-78.376.082,36	-71.665.365,00	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>10</b>	<b>606.944.800,65</b>	<b>578.363.044,22</b>
Bens Imóveis		553.686.390,66	553.882.734,64				
Bens Imóveis		563.262.574,02	562.997.058,12				
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-9.576.183,36	-9.114.323,48				
<b>Intangível</b>		<b>11.313.696,15</b>	<b>9.239.699,36</b>				
Softwares		11.313.696,15	9.239.699,36				
Softwares		11.380.750,27	11.226.819,91				
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-67.054,12	-1.987.120,55				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>690.445.985,59</b>	<b>696.695.912,29</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>690.445.985,59</b>	<b>696.695.912,29</b>

## QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

Em R\$

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	NE	2020	2019
ATIVO FINANCEIRO		60.601.799,97	63.220.548,60	PASSIVO FINANCEIRO		14.175.790,66	6.547.016,90
ATIVO PERMANENTE	11	629.844.185,62	633.475.363,69	PASSIVO PERMANENTE	12	82.939.508,50	118.069.194,13
				<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>13</b>	<b>593.330.686,43</b>	<b>572.079.701,26</b>

## QUADRO DE COMPENSAÇÕES

Em R\$

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	NE	2020	2019
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>		<b>9.246.454,75</b>	<b>11.051.768,38</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>		<b>126.487.566,58</b>	<b>136.658.148,05</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos		9.246.454,75	11.051.768,38	Execução dos Atos Potenciais Passivos		126.487.566,58	136.658.148,05
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		6.241.811,22	7.358.308,36	Obrigações Contratuais a Executar		126.487.566,58	136.658.148,05
Direitos Contratuais a Executar		3.004.643,53	3.693.460,02				
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>9.246.454,75</b>	<b>11.051.768,38</b>	<b>TOTAL</b>	<b>15</b>	<b>126.487.566,58</b>	<b>136.658.148,05</b>

## DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Em R\$

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
	NE		NE
<b>Recursos Ordinários</b>			1.513.683,69
<b>Recursos Vinculados</b>			44.912.325,62
Alienação de Bens e Direitos			331.881,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas			44.580.444,62
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>		<b>46.426.009,31</b>

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI



## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – 2020

UNIDADE GESTORA EXECUTORA - 080011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Em R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	2020	2019
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>17</b>	<b>1.820.476.349,57</b>	<b>2.191.317.142,40</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>		<b>43.069.539,21</b>	<b>67.513.367,60</b>
Taxas		43.069.539,21	67.513.367,60
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>		<b>846.721,26</b>	<b>990.395,19</b>
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		846.721,26	990.395,19
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>		<b>73.493,65</b>	<b>57.099,20</b>
Juros e Encargos de Mora		4.685,46	9.255,93
Variações Monetárias e Cambiais		68.808,19	47.843,27
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>		<b>1.756.657.209,89</b>	<b>1.747.742.623,95</b>
Transferências Intragovernamentais		1.734.367.268,86	1.725.411.274,11
Transferências Intergovernamentais		22.286.812,00	22.286.812,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas		3.129,03	44.537,84
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>		<b>15.800.554,77</b>	<b>352.374.446,31</b>
Reavaliação de Ativos		2.150.946,80	44.886.187,30
Ganhos com Desincorporação de Passivos		13.649.607,97	307.488.259,01
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		<b>4.028.830,79</b>	<b>22.639.210,15</b>
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	14.308.009,89
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		4.028.830,79	8.331.200,26
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>18</b>	<b>1.808.351.198,40</b>	<b>2.016.903.127,98</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>		<b>1.145.157.481,24</b>	<b>1.170.794.956,90</b>
Remuneração a Pessoal		898.598.616,36	908.613.190,69
Encargos Patronais		179.124.876,94	156.007.395,72
Benefícios a Pessoal		49.332.086,39	98.501.392,38
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		18.101.901,55	7.672.978,11
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>		<b>468.898.515,15</b>	<b>398.662.276,21</b>
Aposentadorias e Reformas		379.784.369,69	361.272.624,26
Pensões		44.066.619,85	37.035.062,98
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		45.047.525,61	354.588,97
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>		<b>109.922.034,36</b>	<b>126.284.452,01</b>
Uso de Material de Consumo		3.314.595,57	4.622.398,78
Serviços		93.865.484,41	103.832.528,86
Depreciação, Amortização e Exaustão		12.741.954,38	17.829.524,37
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>		<b>30.816,11</b>	<b>10.253,01</b>
Juros e Encargos de Mora		17.490,24	9.026,05
Variações Monetárias e Cambiais		13.325,87	1.212,83
Descontos Financeiros Concedidos		-	14,13
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>		<b>49.289.541,07</b>	<b>107.173.008,28</b>
Transferências Intragovernamentais		48.210.030,43	105.400.653,74
Outras Transferências e Delegações Concedidas		1.079.510,64	1.772.354,54
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>		<b>30.994.522,45</b>	<b>199.029.941,34</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		-	118.039,29
Perdas Involuntárias		5.264,95	45.813,85
Incorporação de Passivos		28.666.451,26	196.480.643,89
Desincorporação de Ativos		2.322.806,24	2.385.444,31
<b>Tributárias</b>		<b>3.247.415,73</b>	<b>1.126.009,69</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		235.455,78	225.308,50
Contribuições		3.011.959,95	900.701,19
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		<b>810.872,29</b>	<b>13.822.230,54</b>
Premiações		16.217,00	-
Constituição de Provisões		35.591,84	13.096.812,51
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		759.063,45	725.418,03
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>19</b>	<b>12.125.151,17</b>	<b>174.414.014,42</b>

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI



## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – 2020

UNIDADE GESTORA EXECUTORA - 080011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Em R\$

	NE	2020	2019
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>20</b>	<b>2.956.654,51</b>	<b>-460.742,64</b>
<b>INGRESSOS</b>		<b>1.804.635.281,16</b>	<b>1.824.610.088,60</b>
<b>Outros Ingressos Operacionais</b>		<b>1.804.635.281,16</b>	<b>1.824.610.088,60</b>
Ingressos Extraorçamentários		135.422,64	220.382,53
Transferências Financeiras Recebidas		1.734.367.268,86	1.725.408.366,98
Arrecadação de Outra Unidade		70.132.589,66	98.981.339,09
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>-1.801.678.626,65</b>	<b>-1.825.070.831,24</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>		<b>-1.573.275.855,71</b>	<b>-1.589.859.039,58</b>
Judiciário		-1.129.614.998,27	-1.163.643.742,23
Previdência Social		-422.210.228,62	-400.103.194,91
Encargos Especiais		-21.450.628,82	-26.112.102,44
<b>Transferências Concedidas</b>		<b>-180.057.317,87</b>	<b>-152.276.566,57</b>
Intragovernamentais		-180.057.317,87	-152.276.566,57
<b>Outros Desembolsos Operacionais</b>		<b>-48.345.453,07</b>	<b>-82.935.225,09</b>
Dispêndios Extraorçamentários		-135.422,64	-285.971,35
Transferências Financeiras Concedidas		-48.210.030,43	-82.649.253,74
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>21</b>	<b>-5.575.403,14</b>	<b>-11.435.317,18</b>
<b>INGRESSOS</b>		-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>-5.575.403,14</b>	<b>-11.435.317,18</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante		-5.420.472,78	-10.996.102,15
Outros Desembolsos de Investimentos		-154.930,36	-439.215,03
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>-2.618.748,63</b>	<b>-11.896.059,82</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>		<b>63.220.548,60</b>	<b>75.116.608,42</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>22</b>	<b>60.601.799,97</b>	<b>63.220.548,60</b>

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – 2020

UNIDADE GESTORA EXECUTORA - 080011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Em R\$

Especificação	NE	Valor Total
<b>Saldo Inicial do Exercício 2020</b>		<b>578.363.044,22</b>
Ajustes de Exercícios Anteriores		16.456.605,26
Resultado do Exercício		12.125.151,17
<b>Saldo Final do Exercício 2020</b>	<b>23</b>	<b>606.944.800,65</b>

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI



---

## NOTAS EXPLICATIVAS

- As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis;
- Objetivam oferecer uma informação organizada de modo que as relações com os itens evidenciados nas Demonstrações Contábeis sejam claras; e
- O seu conteúdo apresenta informações adicionais às Demonstrações Contábeis, oferecendo descrições narrativas ou detalhamentos de itens divulgados nessas demonstrações e informações sobre itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas demonstrações.

## RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As Políticas contábeis adotadas baseiam-se na Lei nº 4.320/64; nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC); e nas normas da Secretaria do Tesouro Nacional, que tem a missão de consolidar as contas da Federação, o que se faz, principalmente, por meio da edição dos Manuais de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), em 2020 os registros contábeis foram baseados no MCASP 8ª Edição, válido para aplicação durante o exercício de 2020.

A Coordenadoria de Contabilidade elabora o Relatório de Fechamento Contábil Mensal, mediante autuação de Processos Administrativos Eletrônicos, em cumprimento ao Ato Regulamentar GP-VPA nº 01/2018 do TRT da 15ª Região e disponibiliza à Secretaria de Orçamento e Finanças e à Coordenadoria de Controle Interno, visando subsidiar o controle e o processo de tomada de decisão.



---

## INFORMAÇÕES GERAIS (CONTEXTO OPERACIONAL)

- **Jurisdição:** 599 municípios do Estado de São Paulo;
- **Composição:** 153 Varas do Trabalho, 15 Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas da Justiça do Trabalho (Cejuscs-JT), e 5 Unidades de Postos Avançados;
- **Força de trabalho:** 395 Magistrados e 2.978 servidores ativos de cargos efetivos ocupados (Fonte: Anexo IV da Resolução CNJ nº 102/2009, <https://trt15.jus.br/transparencia/resolucoes-cnj/projeto-transparencia-anexo-iv>);
- **Criação:** Lei Federal nº 7.520, de 15 de julho de 1986;
- **Objetivo Estratégico** (perspectiva da sociedade): assegurar a efetividade na prestação jurisdicional e garantir os direitos de cidadania;
- **Missão:** solucionar os conflitos nas relações de trabalho, apresentadas na jurisdição do Tribunal, seja pela ação preventiva à judicialização do conflito, por conciliação ou julgamento;
- **Visão de futuro:** trabalhar estrategicamente pela satisfação dos públicos externo (Sociedade) e interno, providenciando adequação da estruturação suficiente para a realização da prestação do serviço jurisdicional trabalhista, com qualidade e celeridade, tendo como foco a ampliação da sustentabilidade (aspectos humanos, trabalhistas, sociais, ambientais e de combate à corrupção);
- **Atributos de valor:** celeridade, qualidade, efetividade, ética, transparência, acessibilidade, valorização das pessoas, responsabilidade social e inovação.



---

## PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

- **Caixa e Equivalentes de Caixa:** são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações Contábeis. No âmbito deste Tribunal os valores constantes nesta conta são frutos dos recursos liberados pelo próprio Tesouro Nacional (em sua maioria), mediante documentos de Programação Financeira – PF e de recursos relativos a depósitos de garantia tipo caução.
- **Demais Créditos e Valores a Curto Prazo:** são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. Havendo a possibilidade de ser constituído também ajuste para perdas, com base em análises dos riscos de realização dos créditos a receber.
- **Estoques:** compreendem, basicamente, os almoxarifados de materiais de consumo adquiridos para serem utilizados de acordo com a demanda dos diversos setores do Tribunal. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.
- **Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente:** nesta conta estão incluídos os prêmios de seguros e as assinaturas e anuidades a apropriar. Seus valores são avaliados com base nos valores de aquisição constantes nos contratos. Podendo sofrer ajustes contratuais, quando aplicável.
- **Ativo realizável a Longo Prazo:** compreendem os adiantamentos concedidos a pessoal e adiantamento de contribuições futuras ao Funpresp-Jud. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas



respectivas operações. No caso da Funpresp-Jud, as correções monetárias são realizadas com base no Índice IPCA.

- **Imobilizado:** é composto pelos bens móveis e imóveis. Sendo reconhecido, inicialmente, com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação ou amortização (Intangíveis com vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.
- **Depreciação:** o registro da depreciação mensal dos bens imóveis, cadastrados no Sistema de Patrimônio da União – SPIUnet é realizado pela Coordenação Geral de Contabilidade, compete à Secretaria do Patrimônio da União – SPU a administração e manutenção do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet.; o cálculo da depreciação de bens móveis é realizado pelo Sistema Informatizado de Controle Patrimonial da Coordenadoria de Material e Logística do TRT da 15ª Região; procedimento de depreciação sobre os bens distribuídos a partir de janeiro de 2010, por apresentarem uma base monetária inicial confiável; bens ativos distribuídos até dezembro de 2009, sofreram redução ao valor recuperável, em novembro de 2012; a partir de dezembro de 2012, todos os bens ativos do TRT da 15ª passaram a fazer parte da base de cálculo depreciável; a depreciação é reconhecida até que o valor líquido contábil do ativo seja igual ao valor residual. O método de cálculo dos encargos de depreciação e amortização utilizado é o das quotas constantes. A tabela de vida útil e valor residual, por conta contábil, adotada é a indicada no Manual SIAFI - 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut. E Fund.
- **Intangível:** contempla os bens incorpóreos (basicamente softwares) destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são



mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

- **Amortização:** o prazo adotado para a amortização de softwares com vida útil definida, será o prazo da licença de uso contratual, ou, na ausência, será de 5 (cinco) anos, que é o estabelecido pela Receita Federal - Instrução Normativa do SRF nº 04 de 30/01/1985, de acordo com o exposto no Memorando nº 04/2012-DI de 30/01/2012; foram amortizados os softwares com data de recebimento/atesto informadas, as quais foram determinantes para o início da amortização (mês seguinte ao recebimento/atesto); não há valor residual para softwares, conforme disposto no item '6' do documento expedido pela Divisão de Contabilidade do Tribunal Superior do Trabalho, mensagem eletrônica de 28 de Dezembro de 2011, que trata de orientação sobre Amortização de Bens Intangíveis (Softwares).
- **Passivos Circulantes e Não Circulantes:** as obrigações do Tribunal são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das Demonstrações Contábeis. O Passivo Circulante está constituído por obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo; provisões de passivos trabalhistas a curto prazo; fornecedores e contas a pagar a curto prazo; e demais obrigações a curto prazo. Já o Passivo Não Circulante está constituído por obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo. São classificadas no passivo circulante as obrigações exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis, e no passivo não circulante o conjunto de obrigações exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis, em atendimento ao constante na NBC TSP.
- **Provisões e Passivos Trabalhistas:** conforme indicado pela Coordenadoria de Pagamento, o cálculo e apuração dos valores de passivos, observa a



fundamentação constante da decisão que defere o direito, inclusive observando a prescrição. A atualização monetária e juros, é feita segundo os critérios estabelecidos na resolução 137/2014 do CSJT, alterada pela resolução 152/2015 e modificada pela liminar concedida pelo STF na Reclamação 22.012 MC/RS. Sendo que a definição da data inicial de incidência de correção monetária e juros segue os critérios estabelecidos no Processo Administrativo 0027600-20.2002.5.15.0895, a saber quando o pagamento deva ser de ofício, a correção monetária e juros ocorrem desde a competência do passivo, já quando depende de requerimento do interessado, a correção monetária ocorrerá a partir do seu pedido e juros a partir da decisão que deferir o direito.

- **Ativos e Passivos Contingentes:** não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em Notas Explicativas.
- **Patrimônio Líquido:** é constituído, basicamente, pelo resultado do exercício e pelos resultados e ajustes de exercícios anteriores.
- **Resultado Patrimonial:** sua apuração implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). Se o resultado for positivo teremos o Superávit Patrimonial caso contrário será Déficit Patrimonial.
- **Resultado Orçamentário:** representa o confronto entre as Receitas Orçamentárias realizadas e as Despesas Orçamentárias empenhadas. O Superávit/Déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.
- **Resultado financeiro:** representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. Podendo ser evidenciado no Balanço Financeiro ou na Demonstração do Fluxo de Caixa.



- **Ajustes de Exercícios Anteriores:** registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

## **PRINCIPAIS MUDANÇAS NOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS**

Foram realizadas reclassificações de Intangíveis de vida útil definida para indefinida com a consequente reversão de amortização de Intangível, inclusive com ajustes de exercícios anteriores, com base em revisões dos contratos dos processos de aquisição e informações da Secretaria de Tecnologia de Informação e Comunicação.

Foi realizada a transferência do saldo de cancelamentos de Precatórios/RPV registrados em Passivos Contingentes, para Passivos Contingentes Não Confirmados, em face de mudanças no critério de contabilização, em atendimento ao item 9.11.15 da Macrofunção 02.03.36 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Manual SIAFI e conforme orientações constantes na mensagem SEOFI/CSJT nº 45/2020 de 15/12/2020.

## **CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As Conformidades Contábeis mensais, elaboradas em atenção ao contido na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil, do Manual SIAFI, são registradas por profissional em contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, em dia com suas obrigações profissionais, credenciado no SIAFI como responsável pela Conformidade Contábil da Unidade Gestora Executora.

A Conformidade Contábil se apoia nos trabalhos de análises realizados nas Seções subordinadas à Coordenadoria de Contabilidade, e na Conformidade de Registro de Gestão, mediante exames aos documentos emitidos no SIAFI pelas Áreas



responsáveis pela execução orçamentária, financeira e patrimonial desta Corte, respeitados, desta forma, os princípios da segregação de funções e da fiscalização intercorrente.

Em 2020 foram emitidos no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal na UG 080011, 42.986 (quarenta e dois mil, novecentos e oitenta e seis) documentos, considerados os de movimentação orçamentária, programação financeira, os registros de arrecadação, relativos a custas e emolumentos, dentre outros.

Em relação ao objeto da conformidade, a execução orçamentária, financeira e patrimonial do TRT da 15ª Região foi contabilizada mediante a emissão de cerca de 25.135 (vinte e cinco mil, cento e trinta e cinco) documentos, como: notas de empenho, ordens bancárias, notas de lançamentos, notas de sistemas, guias de previdência social, documentos de arrecadação financeira eletrônica, dentre outros.

A análise tem como objetivo prioritário verificar se o registro contábil do ato ou fato de execução orçamentária, financeira ou patrimonial está em conformidade com o documento hábil comprobatório que lhe deu origem e pretende, sobretudo, verificar eventuais inconsistências que possam comprometer a qualidade das informações contábeis, considerados os padrões normativos e operacionais expressos nas normas e regulamentos aplicáveis, utilizando mecanismos de controles internos com vistas a identificar e corrigir as falhas de forma tempestiva.

Em cumprimento ao item 6.1.4 da Macrofunção 020315, o qual dispõe que as ocorrências não regularizadas até o encerramento do exercício financeiro devem ser objeto de citação no Processo de Contas Anual, vale destacar que as restrições registradas em 2020 foram regularizadas até o encerramento do exercício.



## ESTRUTURAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Visando o melhor entendimento por parte dos usuários das informações, as Notas Explicativas são apresentadas de forma organizada e estruturada, fazendo uso da referência cruzada (associação entre a informação da Demonstração Contábil com o texto da Nota Explicativa). Desse modo, são apresentadas, a seguir, as Notas Explicativas (NE) na sequência em que foram destacadas nas colunas de NE's, inseridas nas Demonstrações Contábeis, além dessas, foram incluídas NE's relativas aos Passivos Contingentes e aos Custos Operacionais.

### NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

A Lei nº 4.320/1964 prevê a elaboração do Balanço Orçamentário e dispõe que ele demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

O TRT da 15ª Região é unidade orçamentária integrante do Orçamento da União, as movimentações apresentadas no Balanço Orçamentário contemplam as previsões e as realizações das receitas e despesas orçamentárias relativas à UO 15.116, não refletindo desta forma a execução de créditos descentralizados recebidos mediante destaques e provisões.

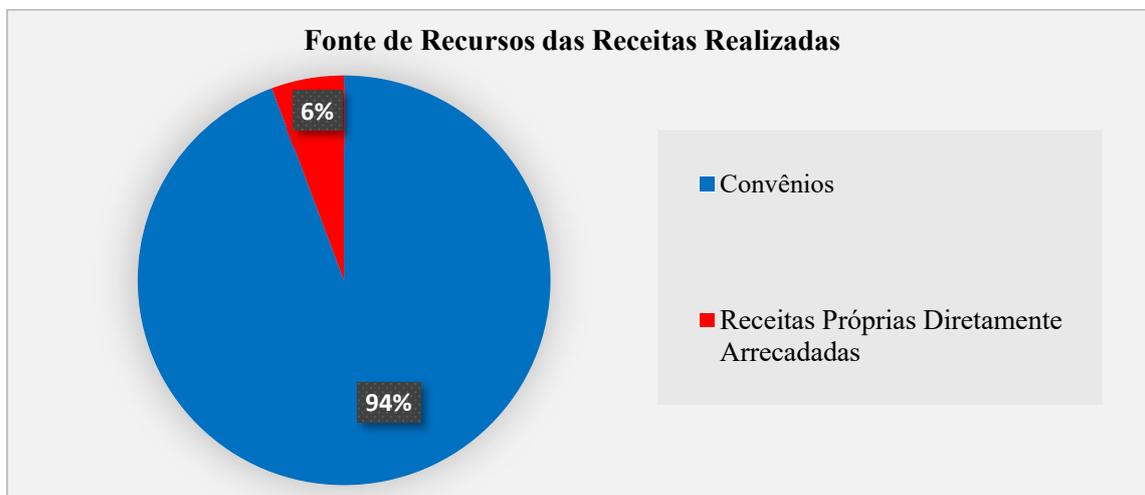
#### NE 1 - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS PRÓPRIAS DIRETAMENTE ARRECADADAS E DE CONVÊNIOS

Houve um excesso de arrecadação de receita de 1,76% em 2020, na Unidade Orçamentária – 15116 – TRT da 15ª Região.





A arrecadação por Fonte de Recursos ocorreu na seguinte proporção.



#### FONTE DE RECURSOS 181 – RECURSOS DE CONVÊNIOS

O valor registrado a título de Transferências Correntes se refere a remunerações de depósitos judiciais provenientes de convênios com bancos oficiais, para a melhoria na qualidade dos serviços oferecidos à sociedade. Tais acordos são celebrados de forma centralizada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT, em cumprimento ao constante na Resolução CSJT nº 183, de 24 de fevereiro de 2017.

Neste contexto a Previsão da Receita para 2020 é registrada na UO do Regional, pelo valor consignado na LOA/2020 no total de recursos de fonte 181, enquanto que a Realização das Receitas são contabilizadas na UO – 15126 – Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

De acordo com as orientações contidas nas Mensagens SEOFI/CSJT nº 004/2019 e CFIN/CSJT nº 027/2017, no início de 2020 este Regional registrou suas dotações na fonte 181 na conta do Ativo de Créditos a Receber (1.1.3.8.1.19.00) limitado aos créditos consignados na LOA/2020, e durante o ano esse direito foi amortizado a cada sub-repasse recebido da Setorial a esse título. Assim, as receitas destes Recursos de Convênios constam, devidamente previstas e realizadas, como



Transferências Correntes no Balanço Orçamentário do TRT da 15ª da Região. Não houve variação no total recebido em relação ao ano anterior. A seguir, a arrecadação por recolhedor em comparação com 2019.

Em R\$

Origem	Recolhedor	2020	2019	Variação	
				%	Absoluta
TRANSFERENCIAS CORRENTES	BANCO DO BRASIL SA	2.234.443,13	11.614.995,00	-80,76%	-9.380.551,87
	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	20.052.368,87	10.671.817,00	87,90%	9.380.551,87
<b>TOTAL</b>		<b>22.286.812,00</b>	<b>22.286.812,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

## FONTE DE RECURSOS 150 – RECEITAS PRÓPRIAS DIRETAMENTE ARRECADADAS

Em R\$

Origem	2020	2019	Variação	
			%	Absoluta
RECEITA PATRIMONIAL	691.839,26	826.713,69	-16,31%	-134.874,43
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	651.336,37	764.694,11	-14,82%	-113.357,74
<b>Total</b>	<b>1.343.175,63</b>	<b>1.591.407,80</b>	<b>-15,60%</b>	<b>-248.232,17</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

A Receita Patrimonial, R\$ 691.839,26, concernente à taxa de ocupação de imóveis, derivou dos Termos de Cessão de Uso Onerosa celebrados (Processo 239-76.2012.5.15.0895 PA – Caixa Econômica Federal, Processo 240-61.2012.5.15.0895 PA – Banco do Brasil, Processo CP 359/2013 – Associações de Advogados e Processo Administrativo) em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

O total de R\$ 651.336,37, contabilizado a título Outras Receitas Correntes refere-se restituições originárias de acordos celebrados com prefeituras, para reembolsos de despesas com locação dos imóveis que abrigam as Varas Trabalhistas nos respectivos Municípios.



## NE 2 – DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

A Lei Orçamentária Anual nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020 consignou ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região créditos orçamentários no montante de R\$ 1,709 bilhão, que somados aos créditos adicionais suplementares e deduzidos os cancelamentos, totalizou R\$ 1,751 bilhão. Considerando que deste total há constituída uma Reserva de Contingência Fiscal – Primária de R\$ 1,5 milhão, restou uma Dotação Autorizada de, aproximadamente, R\$ 1,750 bilhão.

O Tribunal também recebeu, além dos recursos da LOA, cerca de R\$ 21,8 milhões mediante Descentralizações Internas e Externas.

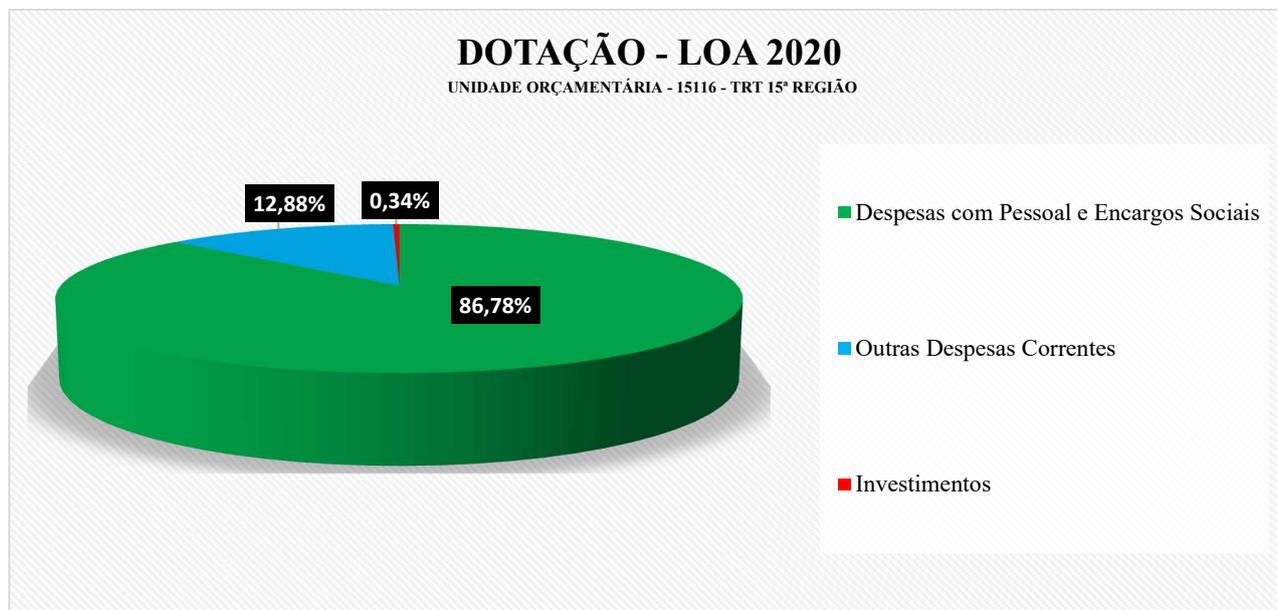
O total autorizado (LOA, Provisão e Destaque de Crédito), desconsiderando a Reserva de Contingência Fiscal – Primária do próprio orçamento, foi disponibilizado da seguinte maneira:

EXERCÍCIO	2020				2019				VARIÇÃO ENTRE TOTAIS
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	TOTAL	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	TOTAL	
DOTAÇÃO INICIAL	1.466.790.018,00	238.624.497,00	2.078.370,00	1.707.492.885,00	1.311.876.590,00	256.833.863,00	4.283.343,00	1.572.993.796,00	8,55%
DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	78.033.628,00	58.112.496,00	4.356.000,00	140.502.124,00	205.937.120,00	10.060.000,00	1.750.000,00	217.747.120,00	-35,47%
DOTAÇÃO CANCELADA E REMANEJADA	(26.500.000,00)	(71.424.465,00)	(414.031,00)	(98.338.496,00)	(615.886,00)	(31.010.000,00)	0,00	(31.625.886,00)	210,94%
DOTAÇÃO ATUALIZADA (LOA)	1.518.323.646,00	225.312.528,00	6.020.339,00	1.749.656.513,00	1.517.197.824,00	235.883.863,00	6.033.343,00	1.759.115.030,00	-0,54%
PROVISAO	8.373.721,26	26.957,90	0,00	8.400.679,16	8.809.521,30	122.507,50	1.700.000,00	10.632.028,80	-20,99%
DESTAQUE	13.395.746,00	0,00	0,00	13.395.746,00	17.545.091,00	0,00	0,00	17.545.091,00	-23,65%
DOTAÇÃO AUTORIZADA LÍQUIDA COM DESCENTRALIZAÇÕES	1.540.093.113,26	225.339.485,90	6.020.339,00	1.771.452.938,16	1.543.552.436,30	236.006.370,50	7.733.343,00	1.787.292.149,80	-0,89%

Fonte: Tesouro Gerencial



Da Dotação Atualizada consignada na LOA/2020 ao Tribunal, aproximadamente, R\$ 1,750 bilhão, correspondem a despesas de Pessoal e Encargos Sociais cerca de 86,78% (R\$ 1,518 bilhão).



A variação de R\$ 63.960.053,16 verificada entre a Dotação Inicial e a Final Autorizada no exercício de 2020, desconsiderando a Reserva de Contingência Fiscal-Primária, decorreu de dotações suplementares e de créditos recebidos por descentralizações internas e externas, e adequação do orçamento às demandas de despesas apresentadas para o exercício. Segue quadro com os totais movimentados:

#### Créditos Adicionais e Movimentações de Créditos

CRÉDITOS ADICIONAIS	Saldo - R\$
DOTACAO SUPLEMENTAR	140.502.124,00
DOTACAO CANCELADA E REMANEJADA	(98.338.496,00)
TOTAL	42.163.628,00

MOVIMENTAÇÕES DE CRÉDITOS	Saldo - R\$
PROVISAO RECEBIDA	8.400.679,16
DESTAQUE RECEBIDO	13.395.746,00
TOTAL	21.796.425,16

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



O demonstrativo seguinte apresenta os Créditos Adicionais recebidos e as Dotações Canceladas para remanejamento por Programas de Trabalho.

PLANO ORÇAMENTÁRIO	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO CANCELADA E REMANEJADA	SALDO – RS
APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	42.002.993,00	0,00	42.002.993,00
CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS	15.748.433,00	0,00	15.748.433,00
ATIVOS CIVIS DA UNIAO	20.282.202,00	(26.500.000,00)	(6.217.798,00)
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA DE CIVIS - COMPLEMENTACAO DA UNIAO	6.377.496,00	0,00	6.377.496,00
ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES CIVIS E DE EMPREGADOS	0,00	50.000,00	50.000,00
AUXILIO-TRANSPORTE DE CIVIS	0,00	(380.000,00)	(380.000,00)
AUXILIO-ALIMENTACAO DE CIVIS	0,00	(3.004.168,00)	(3.004.168,00)
AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS	0,00	284.168,00	284.168,00
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E DE UTILIDADE PUBLICA	0,00	(152.920,00)	(152.920,00)
ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES	25.735.000,00	0,00	25.735.000,00
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - DESPESAS DIVERSAS	26.000.000,00	(65.013.714,00)	(39.013.714,00)
MANUTENCAO E GESTAO DOS SERVICOS E SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	0,00	(2.094.819,00)	(2.094.819,00)
CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	0,00	(1.021.471,00)	(1.021.471,00)
MANUTENCAO DE VARAS ITINERANTES NA JUSTICA DO TRABALHO	0,00	(30.000,00)	(30.000,00)
FORMACAO E APERFEICOAMENTO DE MAGISTRADOS	0,00	(61.541,00)	(61.541,00)
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - DESPESAS DIVERSAS	4.356.000,00	44.875,00	4.400.875,00
MANUTENCAO E GESTAO DOS SERVICOS E SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	0,00	(458.906,00)	(458.906,00)
<b>TOTAL</b>	<b>140.502.124,00</b>	<b>(98.338.496,00)</b>	<b>42.163.628,00</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Houve suplementação de recursos no valor de R\$ 140.502.124,00, sendo R\$ 98.338.496,00 objeto de cancelamento de dotação com oferecimento para remanejamento e R\$ 42.163.628,00 sem oferecimento.

Os atos autorizativos de créditos no exercício de 2020 foram os seguintes:

Instrumento Legal	Número	Data	Complemento	Documentos SIAFI
Lei	13898	11-nov-19	LDO/2020 - Publicada no DOU em 11/11/2019	2020ND800008 2020ND800009 2020ND800010
Lei	13978	17-jan-20	LOA/2020 - Publicada no DOU em 20/01/2020	2020ND800021
Lei	13978	17-jan-20	LOA/2020 - Publicada no DOU em 20/01/2020	2020ND800020
Lei	13978	17-jan-20	LOA/2020 - Publicada no DOU em 20/01/2020	2020ND800019
Portaria Ministério da Economia / Secretaria Especial de Fazenda	10419	22-abr-20	Publicada no DOU em 23/04/2020	2020ND800024
Ato CSJT.GP.SG.SEOFI	108	14-set-20	Publicada no DOU em 16/09/2020	2020ND800031
Portaria Fazenda/ME	22312	13-out-20	Publicada no DOU em 14/10/2020	2020ND800033
Ato CSJT.GP.SG.SEOFI	135	25-nov-20	Publicada no DOU em 27/11/2020	2020ND800043
Ato CSJT.GP.SG.SEOFI	136	25-nov-20	Publicada no DOU em 27/11/2020	2020ND800041
Ato CSJT.GP.SG.SEOFI	134	25-nov-20	Publicada no DOU em 27/11/2020	2020ND800042
Ato CSJT.GP.SG.SEOFI	144	11-dez-20	Publicada no DOU em 15/12/2020	2020ND800045
Ato CSJT.GP.SG.SEOFI	151	21-dez-20	Publicada no DOU em 23/12/2020	2020ND800047
Ato CSJT.GP.SG.SEOFI	152	22-dez-20	Publicada no DOU em 24/12/2020	2020ND800049
Ato Conjunto TST.CSJT.GP.SG.SE- OFI	154	28-dez-20	Publicada no DOU em 29/12/2020	2020ND800051



## DESCENTRALIZAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS

Do total recebido mediante Descentralizações, R\$ 8,4 milhões foram Provisões (Internas) e R\$ 13,4 milhões foram Destaques de Créditos (Externas). As Provisões foram para atender aos Programas de Trabalho Seguro, de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem e aos pagamentos de Requisições de Pequeno Valor. Já o valor recebido mediante Destaque de Crédito foi para pagamentos de Precatórios.



Após a efetivação de todos os pagamentos, os saldos que somaram R\$ 318.838,44, foram devolvidos às respectivas Unidades Descentralizadoras, sendo R\$ 296.405,72 à Administração Direta, e R\$ 22.432,72 à Indireta e Fundações.



As Descentralizações recebidas de outras Unidades Orçamentárias foram as seguintes:

### Descentralizações Internas (Provisão)

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PLANO ORÇAMENTÁRIO	NATUREZA DE DESPESA		SALDO – R\$
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	TRABALHO SEGURO	339030	MATERIAL DE CONSUMO	4.940,00
		339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	4.017,90
	COMBATE AO TRABALHO INFANTIL E DE ESTIMULO A APRENDIZAGEM	339030	MATERIAL DE CONSUMO	18.000,00
	<b>TOTAL</b>			<b>26.957,90</b>
ENCARGOS FINANC.DA UNIAO – SENTENCAS JUDICIAIS	REQUISICOES DE PEQUENO VALOR	319000	APLICACOES DIRETAS	8.373.721,26
		<b>TOTAL</b>		
<b>TOTAL</b>				<b>8.400.679,16</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

### Descentralizações externas (Destaque de Crédito)

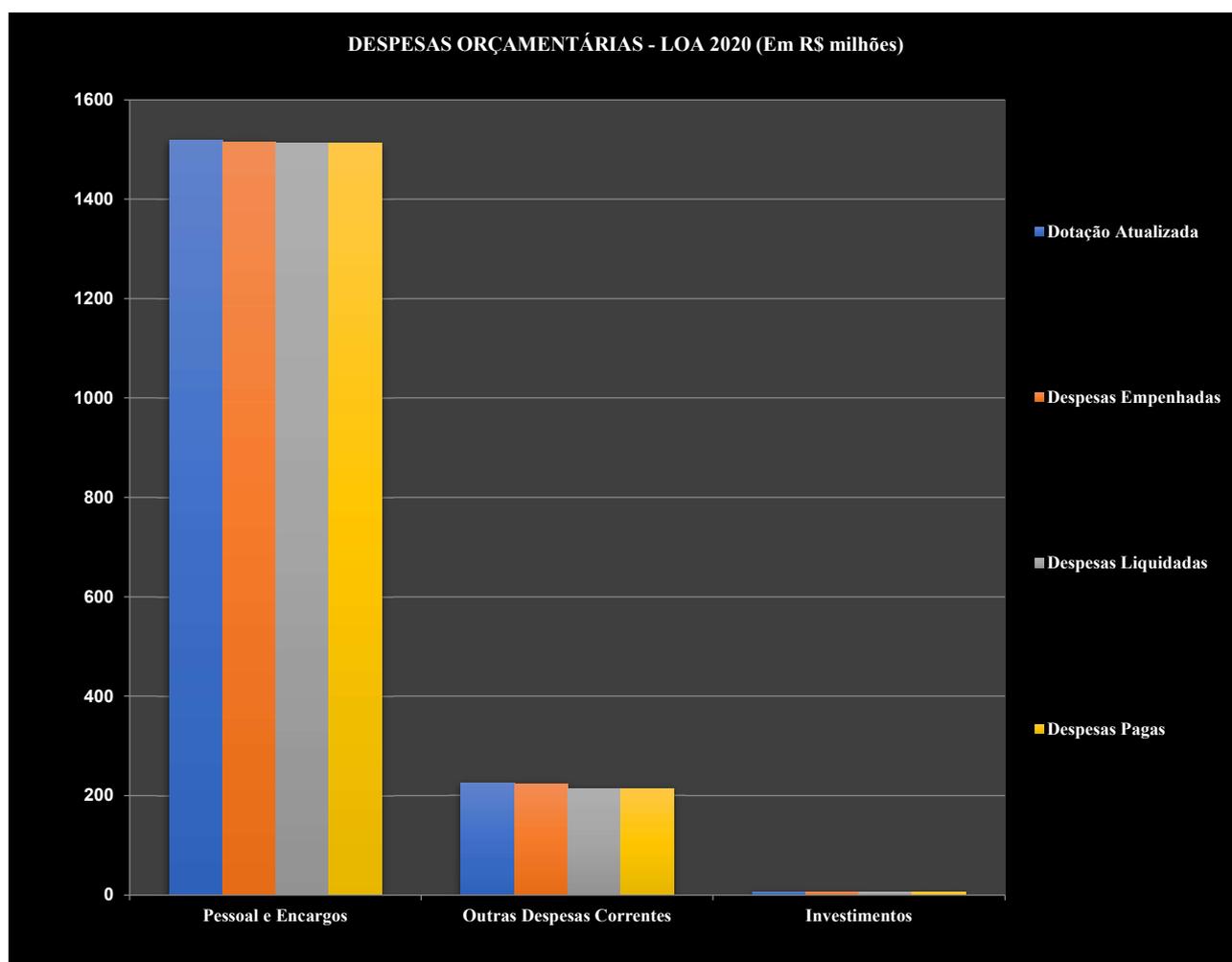
NATUREZA DE DESPESA	PLANO ORÇAMENTÁRIO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		SALDO - R\$
319091	SENTENÇAS JUDICIAIS	25303	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	438.464,00
		26280	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS	199.328,00
		26439	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SAO PAULO	25.119,00
		26439	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SAO PAULO	973.274,00
		32265	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO - ANP	375.677,00
		39252	DEPTO.NAC.DE INFRA+ESTRUT.DE TRANSPORTES-DNIT	811.213,00
		44207	INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIODIVERSIDADE	82.079,00
		71103	ENCARGOS FINANC.DA UNIAO-SENTENCAS JUDICIAIS	10.490.592,00
		<b>TOTAL</b>		

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



## EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Considerando que as Notas Explicativas se referem aos valores constantes das Demonstrações Contábeis, após a explanação sobre os valores Descentralizados recebidos, a análise da execução da despesa orçamentária será restrita à Dotação da LOA/2020, destinada diretamente ao TRT da 15ª Região. O gráfico a seguir evidencia a execução quase total do orçamento autorizado.



Os índices de Execução das Despesas foram todos satisfatórios, sendo:

- ✓ EMPENHADAS: R\$ 1,746 bilhão (99,78%);
- ✓ LIQUIDADAS: R\$ 1,732 bilhão (99,01%); e
- ✓ PAGAS: R\$ 1,732 bilhão (98,98%).



A Dotação Orçamentária foi destinada, exclusivamente, ao Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário, conforme a tabela a seguir.

CRÉDITOS ORIGINÁRIOS (LOA/2020 E CRÉDITOS ADICIONAIS, EXCETO RESERVA DE CONTINGÊNCIA FISCAL-PRIMÁRIA)							Em R\$
PROGRAMA DE GOVERNO	CRÉDITO AUTORIZADO	DESPESAS					
		EMPENHADAS		LIQUIDADAS		PAGAS	
(A)	(B)	(B)/(A)	(C)	(C)/(A)	(D)	(D)/(A)	
PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	1.749.656.513,00	1.745.797.054,01	99,78%	1.732.286.053,76	99,01%	1.731.792.543,39	98,98%
<b>TOTAL</b>	<b>1.749.656.513,00</b>	<b>1.745.797.054,01</b>	<b>99,78%</b>	<b>1.732.286.053,76</b>	<b>99,01%</b>	<b>1.731.792.543,39</b>	<b>98,98%</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

## DESPESAS EMPENHADAS

Empenho, segundo o art. 58 da Lei nº 4.320/1964, é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Consiste na reserva de dotação orçamentária para um fim específico. (MCASP 8ª Edição, pág. 98).

Do total dos créditos autorizados na LOA/2020 foram empenhados cerca de R\$ 1,746 bilhão. O gráfico a seguir demonstra os percentuais empenhados por Grupo de Despesa.

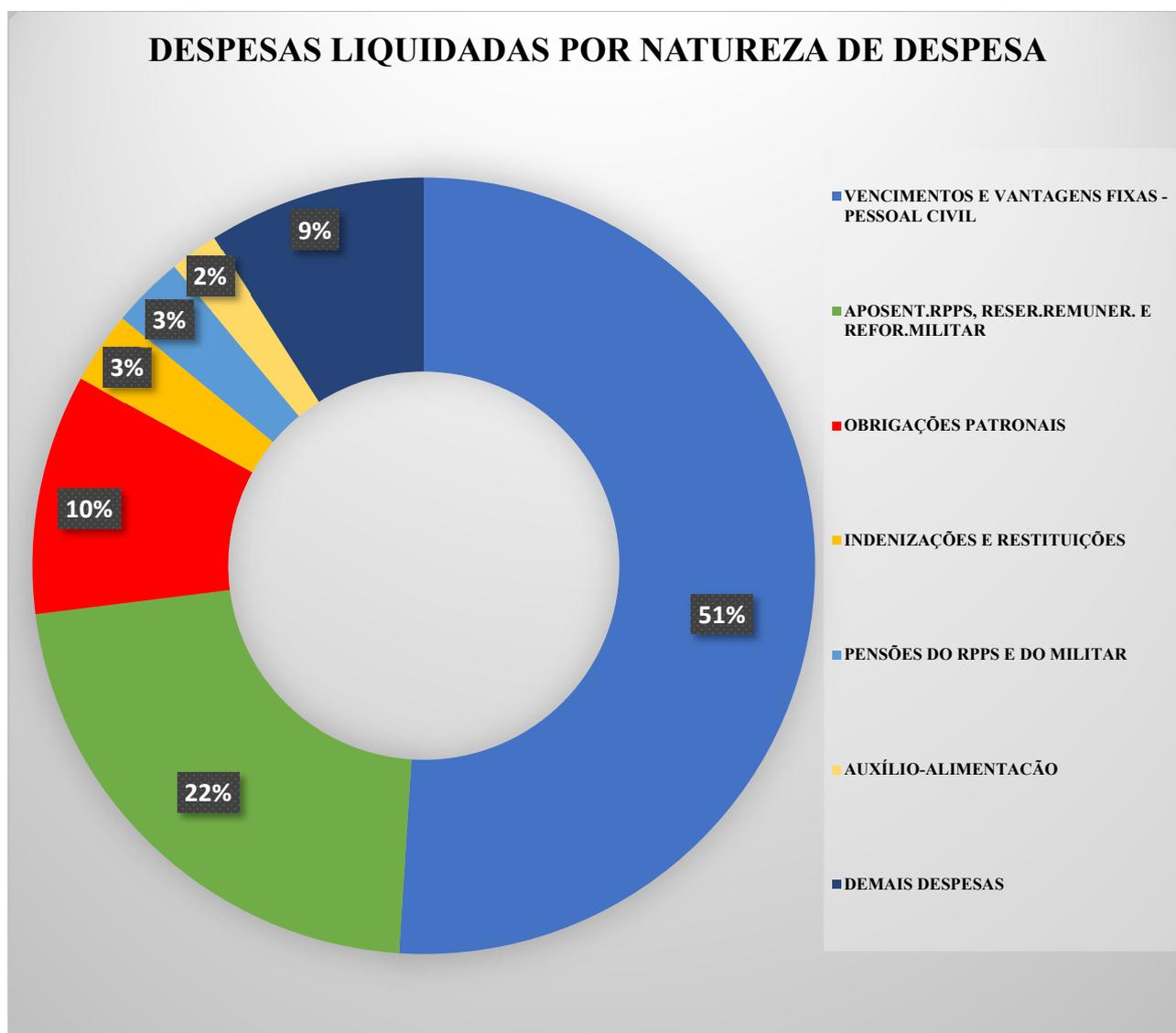




## DESPESAS LIQUIDADAS

Conforme dispõe o art. 63 da Lei nº 4.320/1964, a liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. (MCASP 8ª Edição, pág. 100).

Do total dos créditos empenhados, foram liquidados 99,23%, cerca de R\$ 1,732 bilhão. Segue gráfico dos créditos liquidados por natureza de despesa.



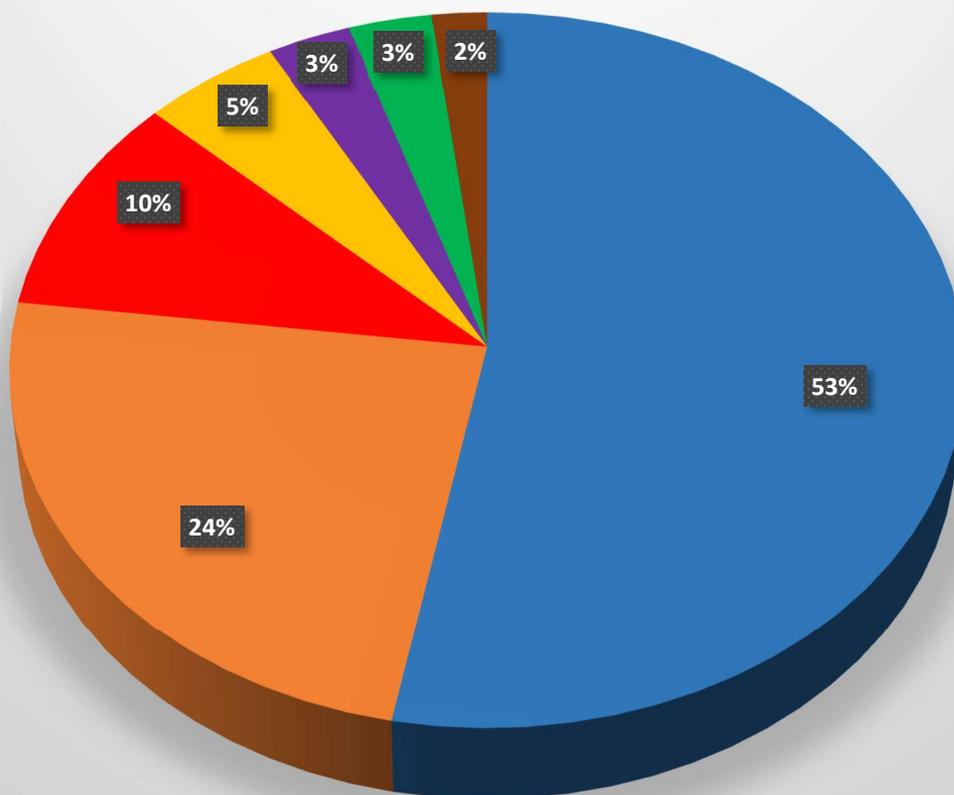
Pela análise gráfica constata-se que as remunerações de pessoal ativo e inativo, pensões e encargos patronais equivalem a 83% dos créditos liquidados.



## DESPESAS PAGAS

Do total dos créditos liquidados, foram pagos 99,97% (aproximadamente, R\$ 1,732 bilhão). Segue percentual de distribuição dos pagamentos realizados por Ação de Governo.

### DESPESAS PAGAS POR AÇÃO DE GOVERNO



- ATIVOS CIVIS DA UNIÃO
- APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIÃO
- CONTRIBUICAO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES
- APRECIAÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO
- BENEFÍCIOS OBRIGATÓRIOS AOS SERVIDORES CIVIS
- ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS
- DEMAIS AÇÕES DE GOVERNO



## QUADRO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR AÇÃO DE GOVERNO CONSIGNADA NA LOA/2020

DOTAÇÃO AUTORIZADA NA LOA/2020 E CRÉDITOS ADICIONAIS, EXCETO RESERVA DE CONTINGÊNCIA FISCAL - PRIMÁRIA

Em R\$

AÇÃO DE GOVERNO	CRÉDITO AUTORIZADO	DESPESAS						INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR	
		EMPENHADAS		LIQUIDADAS		PAGAS		(E)	(E)/(A)
		(B)	(B)/(A)	(C)	(C)/(A)	(D)	(D)/(A)		
(A)	(B)	(B)/(A)	(C)	(C)/(A)	(D)	(D)/(A)	(E)	(E)/(A)	
APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	422.210.480,00	422.210.480,00	100,00%	422.203.142,08	100,00%	422.203.142,08	100,00%	7.337,92	0,00%
CONTRIBUICAO PARA O REGIME PREVIDENCIÁRIO DOS SERVIDORES	175.108.565,00	172.676.976,17	98,61%	172.646.976,17	98,59%	172.646.976,17	98,59%	30.000,00	0,02%
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS	44.940.696,00	44.940.696,00	100,00%	44.800.408,49	99,69%	44.800.408,49	99,69%	140.287,51	0,31%
ATIVOS CIVIS DA UNIAO	921.004.601,00	921.004.601,00	100,00%	917.726.371,92	99,64%	917.726.371,92	99,64%	3.278.229,08	0,36%
BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS	47.391.044,00	47.391.044,00	100,00%	47.232.036,17	99,66%	47.232.036,17	99,66%	159.007,83	0,34%
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E DE UTILIDADE PUBLICA	80,00	80,00	100,00%	80,00	100,00%	80,00	100,00%	0,00	0,00%
ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES	42.270.400,00	42.270.400,00	100,00%	40.170.597,06	95,03%	40.100.416,86	94,87%	2.169.983,14	5,14%
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	96.730.647,00	95.302.776,84	98,52%	87.506.441,87	90,46%	87.083.111,70	90,03%	8.219.665,14	8,50%
<b>TOTAL</b>	<b>1.749.656.513,00</b>	<b>1.745.797.054,01</b>	<b>99,78%</b>	<b>1.732.286.053,76</b>	<b>99,01%</b>	<b>1.731.792.543,39</b>	<b>98,98%</b>	<b>14.004.510,62</b>	<b>0,80%</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

A Ação de Governo Apreciação de Causas na Justiça no Trabalho possui 4 (quatro) Planos Orçamentários, tendo sua execução da despesa assim constituída:

Em R\$

PLANO ORÇAMENTÁRIO	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DESPESAS		
		EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - DESPESAS DIVERSAS	89.227.318,00	87.850.755,94	80.580.632,65	80.157.302,48
MANUTENCAO E GESTAO DOS SERVIÇ. E SISTEMAS DE TEC. DA INFORMACAO	6.569.662,00	6.519.254,93	6.018.142,75	6.018.142,75
CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	722.134,00	721.233,72	697.108,72	697.108,72
FORMACAO E APERFEICOAMENTO DE MAGISTRADOS	211.533,00	211.532,25	210.557,75	210.557,75
<b>TOTAL</b>	<b>96.730.647,00</b>	<b>95.302.776,84</b>	<b>87.506.441,87</b>	<b>87.083.111,70</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



A Escola Judicial da 15ª Região, na condição de Unidade Gestora Responsável - UGR, realiza a gestão integral dos Planos Orçamentários de Capacitação de Recursos Humanos e de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, além de 0,2% da Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – Despesas Diversas.

Em R\$

PLANO ORÇAMENTÁRIO	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS	
	(A)	(B)	(B) / (A)	(C)	(C) / (A)	(D)	(D) / (A)	(E)	(E) / (A)
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - DESPESAS DIVERSAS	177.903,10	177.903,10	100,00%	177.284,13	99,65%	177.284,13	99,65%	618,97	0,35%
CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	721.233,72	721.233,72	100,00%	697.108,72	96,66%	697.108,72	96,66%	24.125,00	3,34%
FORMACAO E APERFEICOAMENTO DE MAGISTRADOS	211.532,25	211.532,25	100,00%	210.557,75	99,54%	210.557,75	99,54%	974,5	0,46%
<b>TOTAL</b>	<b>1.110.669,07</b>	<b>1.110.669,07</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.084.950,60</b>	<b>97,68%</b>	<b>1.084.950,60</b>	<b>97,68%</b>	<b>25.718,47</b>	<b>2,32%</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Os Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis englobam os seguintes Planos Orçamentários:

Em R\$

PLANO ORÇAMENTÁRIO	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DESPESAS		
		EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS
ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES CIVIS	6.310.436,00	6.310.436,00	6.309.219,99	6.309.219,99
AUXILIO-TRANSPORTE DE CIVIS	36.368,00	36.368,00	30.356,67	30.356,67
AUXILIO-ALIMENTACAO DE CIVIS	40.430.510,00	40.430.510,00	40.413.869,76	40.413.869,76
AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS	613.730,00	613.730,00	478.589,75	478.589,75
<b>TOTAL</b>	<b>47.391.044,00</b>	<b>47.391.044,00</b>	<b>47.232.036,17</b>	<b>47.232.036,17</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

## RESUMO COMPARATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA

Segue resumo comparativo da execução da despesa em relação à 2019, evidenciando os valores empenhados, pagos e os inscritos em restos a pagar.

EXECUÇÃO DA DESPESA	2020	2019	VARIACÃO	
			RS	%
DESPESAS EMPENHADAS	1.745.797.054,01	1.719.375.365,47	19.964.719,97	1,16%
DESPESAS PAGAS	1.731.792.543,39	1.712.968.748,89	12.371.074,33	0,72%
INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	14.004.510,62	6.406.616,58	7.593.645,64	118,53%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



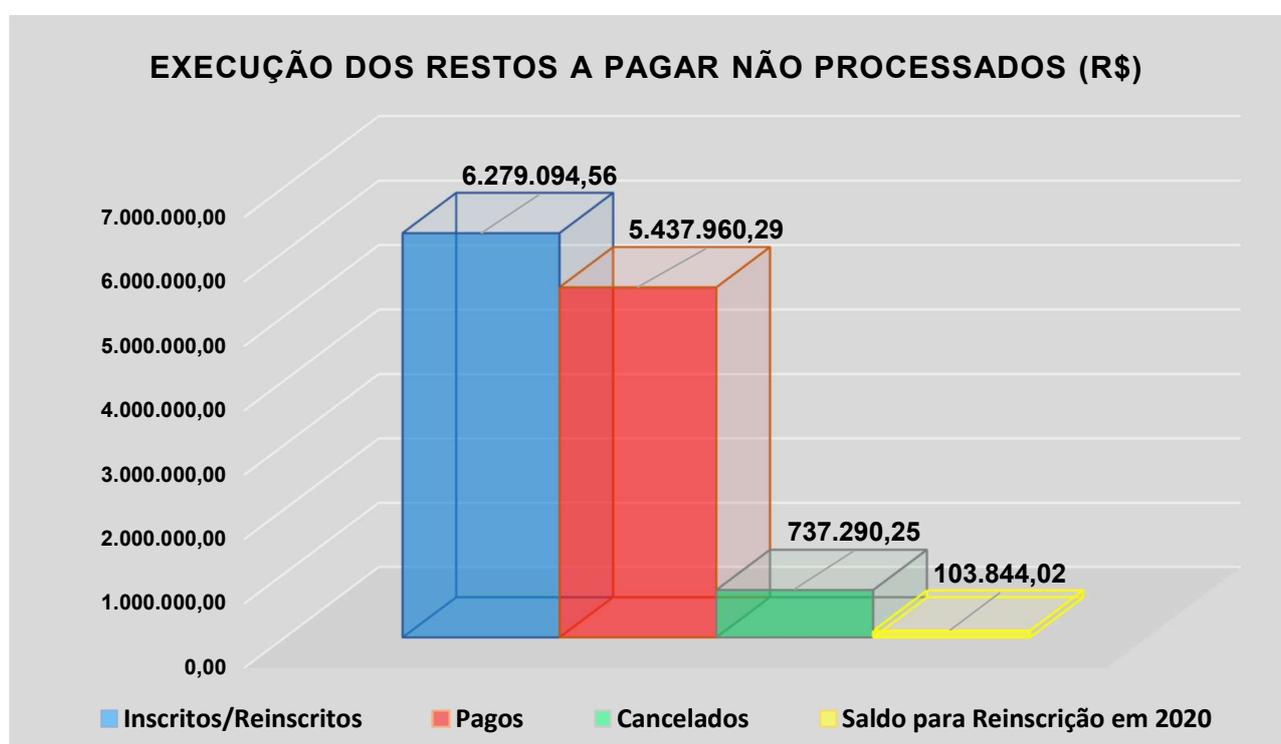
## EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR

No final de 2019 foram inscritos e reinscritos R\$ 6.478.083,48 em Restos a Pagar, conforme a seguir.



Os Restos a Pagar Não Processados totalizaram 97% do montante inscrito, e sua execução em 2020 é demonstrada a seguir.

### NE 3 - EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS



Do total de R\$ 6,3 milhões inscritos/reinscritos, cerca de R\$ 5,4 milhões foram liquidados e pagos, correspondendo à execução de 87% do montante. Os R\$ 103,8 mil foram reinscritos.



Em R\$

GRUPO DE DESPESA	EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
	INSCRITOS / REINSCRITOS	PAGOS	% EXECUÇÃO	CANCELADOS	A PAGAR
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.963.822,13	5.122.687,86	86%	737.290,25	103.844,02
INVESTIMENTOS	315.272,43	315.272,43	100%	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>6.279.094,56</b>	<b>5.437.960,29</b>	<b>87%</b>	<b>737.290,25</b>	<b>103.844,02</b>

Fonte: SIAFI/ Tesouro Gerencial

Do total de Restos a Pagar não Processados pendentes de liquidação e pagamento, cerca de 62% correspondem a Outros Serviços de Terceiros (Pessoas Físicas e Jurídicas), 29% referem-se à Locação de Mão-de-Obra, e 10% são relativos a empenhos com Material de Consumo.

#### NE 4 - EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Foram inscritos R\$ 198.988,92 em restos a pagar processados, sendo inscrição em 2019 de R\$ 196.237,92, e R\$ 2.751,00 reinscritos de anos anteriores. Desse total, foram pagos os valores inscritos em 2019, restando pendente de pagamento o saldo de exercícios anteriores referente a:

- R\$ 1.603,26: PA629-80.2011 – ATTO RECURSOS HUMANOS LTDA Conforme Informação 052/2018-ST-CCT, saldo remanescente deverá permanecer retido até o término da fase de execução da Reclamação trabalhista nº 0010743-77.2016.5.15.0095, em trâmite na 8ª Vara do Trabalho de Campinas;
- R\$ 1.147,74: SPA 023/2018 (R\$ 956,45) e SPA 023/2018 (R\$ 191,29), PA 0043500-32.2005 - HONORÁRIOS PERICIAIS DA JUSTIÇA GRATUITA – não pagamento por domicílio bancário inexistente. Dados bancários incorretos e a VT de Andradina ainda não conseguiu entrar em contato com o favorecido, conforme informação da Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira (CEOF).



Segue o detalhamento da execução por grupo de despesa:

Em R\$

GRUPO DE DESPESA	EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
	INSCRITOS / REINSCRITOS	PAGOS	% EXECUÇÃO	CANCELADOS	A PAGAR
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	73.906,96	73.906,96	100%	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	123.876,22	121.125,22	98%	0,00	2.751,00
INVESTIMENTOS	1.205,74	1.205,74	100%	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>198.988,92</b>	<b>196.237,92</b>	<b>99%</b>	<b>0,00</b>	<b>2.751,00</b>

Fonte: SIAFI / Tesouro Gerencial

## NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO

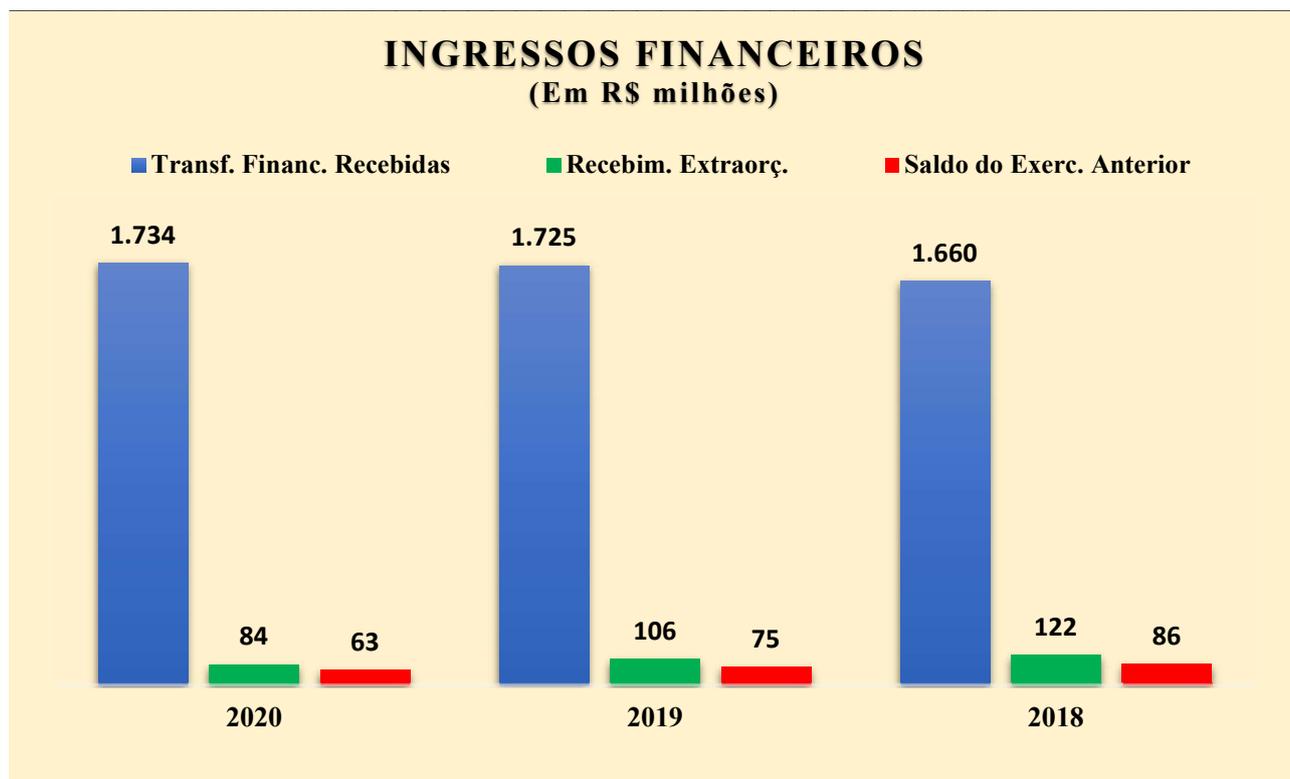
Balanço Financeiro demonstra os ingressos e dispêndios orçamentários e extraorçamentários, considera os saldos provenientes de exercício anterior e evidencia os saldos financeiros que se transferem para o exercício seguinte.

### NE 5 - INGRESSOS

As Transferências Financeiras Recebidas em 2020 contabilizaram R\$ 1,734 bilhão, sendo: R\$ 1,733 bilhão resultantes da execução orçamentária, mediante sub-repasses; e R\$ 1,6 milhão independentes da execução orçamentária.

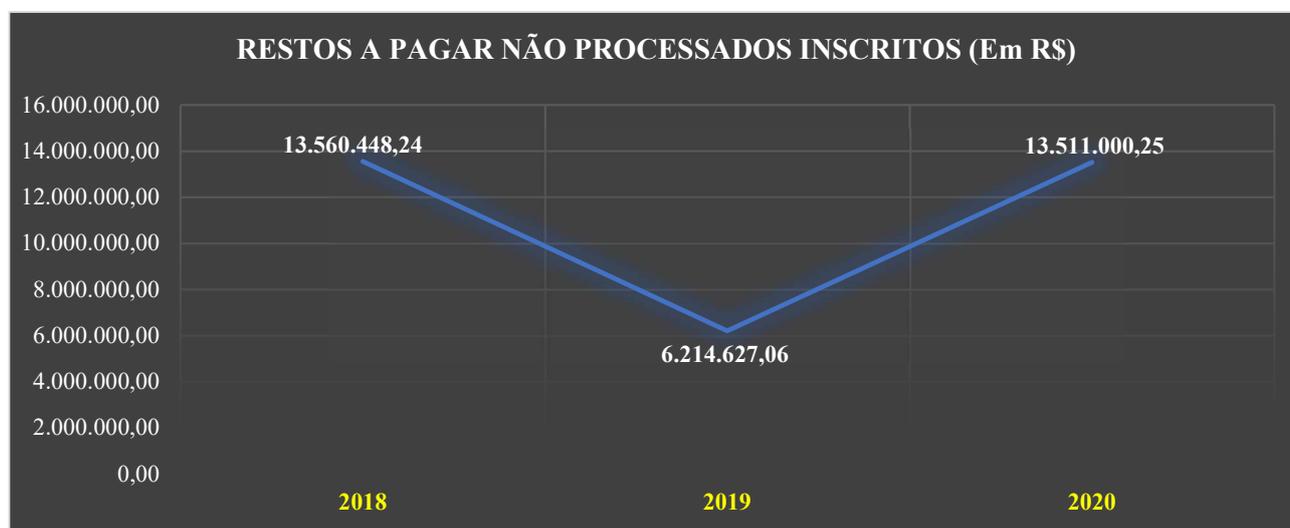
Destacam-se na composição dos Recebimentos Extraorçamentários a Receita Arrecadada de R\$ 70 milhões e os totais dos recursos relativos ao orçamento de 2020 inscritos em Restos a Pagar Processados e Não Processados a serem quitados no exercício seguinte, R\$ 493,5 mil e R\$ 13,5 milhões, respectivamente.

A seguir, o gráfico comparativo dos ingressos financeiros ocorridos nos últimos três exercícios.



#### INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

O valor da diferença entre o total empenhado e o montante liquidado em 2020, R\$ 13.511.000,25, foi inscrito em restos a pagar não processados ao final do exercício. No gráfico a seguir, verifica-se a evolução dos valores inscritos nos últimos 3 (três) exercícios.





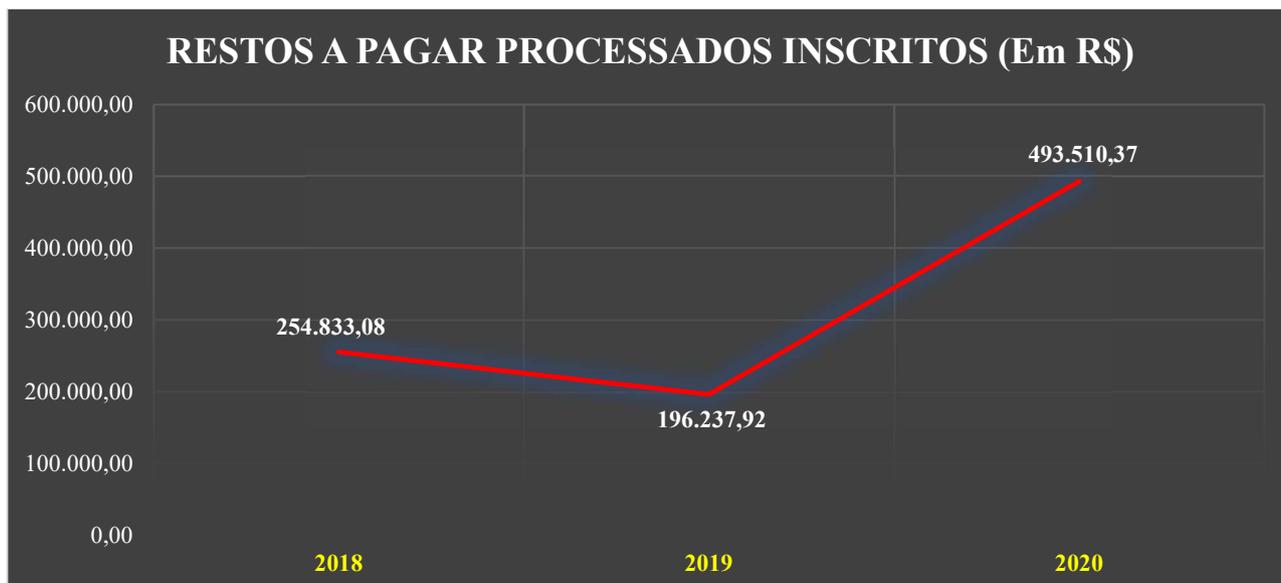
A porcentagem dos valores inscritos em restos a pagar não processados em relação ao crédito empenhado foi de 0,76%, em 2020. Do total inscrito, 74,82% são Outras Despesas Correntes, 24,54% são despesas com Pessoal e Encargos Sociais, e 0,64% são de Investimentos. A seguir, tem-se a composição dos valores inscritos por grupo e elemento de despesa.

GRUPO DE DESPESA	ELEMENTO DE DESPESA	INSCRIÇÃO R\$	COMPOSIÇÃO %
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	7.337,92	0,05%
	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	140.000,00	1,04%
	OBRIGACOES PATRONAIS	30.000,00	0,22%
	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	250.500,00	1,85%
	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	730,05	0,01%
	RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	2.886.999,03	21,37%
	<b>TOTAL</b>	<b>3.315.567,00</b>	<b>24,54%</b>
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	OUTROS BENEF. ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	136.356,26	1,01%
	MATERIAL DE CONSUMO	305.217,74	2,26%
	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	8.990,05	0,07%
	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. FÍSICA	1.809.381,03	13,39%
	LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	4.317.273,45	31,95%
	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	1.888.930,25	13,98%
	SERVIÇOS DE TEC. DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	620.009,56	4,59%
	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	16.640,24	0,12%
	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	375.057,52	2,78%
	AUXÍLIO-TRANSPORTE	42.965,90	0,32%
	INDENIZACOES E RESTITUICOES	588.306,89	4,35%
	<b>TOTAL</b>	<b>10.109.128,89</b>	<b>74,82%</b>
INVESTIMENTOS	SERVIÇOS DE TEC. DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	12.498,78	0,09%
	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	73.805,58	0,55%
	<b>TOTAL</b>	<b>86.304,36</b>	<b>0,64%</b>
<b>TOTAL</b>		<b>13.511.000,25</b>	<b>100,00%</b>



## INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Do total da despesa liquidada no exercício, R\$ 1,732 bilhão, o saldo de R\$ 493.510,37 foi inscrito em restos a pagar processados. No gráfico a seguir, verifica-se a evolução dos valores inscritos nos últimos 3 (três) exercícios.



Do valor inscrito, 55,17% são Outras Despesas Correntes, enquanto que 44,83% são despesas com Investimentos. A seguir, o gráfico apresenta a composição dos valores inscritos por grupo e elemento de despesa.

GRUPO DE DESPESA	ELEMENTO DE DESPESA	INSCRIÇÃO R\$	COMPOSIÇÃO %
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	MATERIAL DE CONSUMO	1.228,81	0,25%
	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P. FISICA	14.027,28	2,84%
	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	190.012,48	38,50%
	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	14.830,15	3,01%
	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	2.209,73	0,45%
	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	49.983,35	10,13%
	<b>TOTAL</b>		<b>272.291,80</b>
INVESTIMENTOS	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	221.218,57	44,83%
	<b>TOTAL</b>	<b>221.218,57</b>	<b>44,83%</b>
<b>TOTAL</b>		<b>493.510,37</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

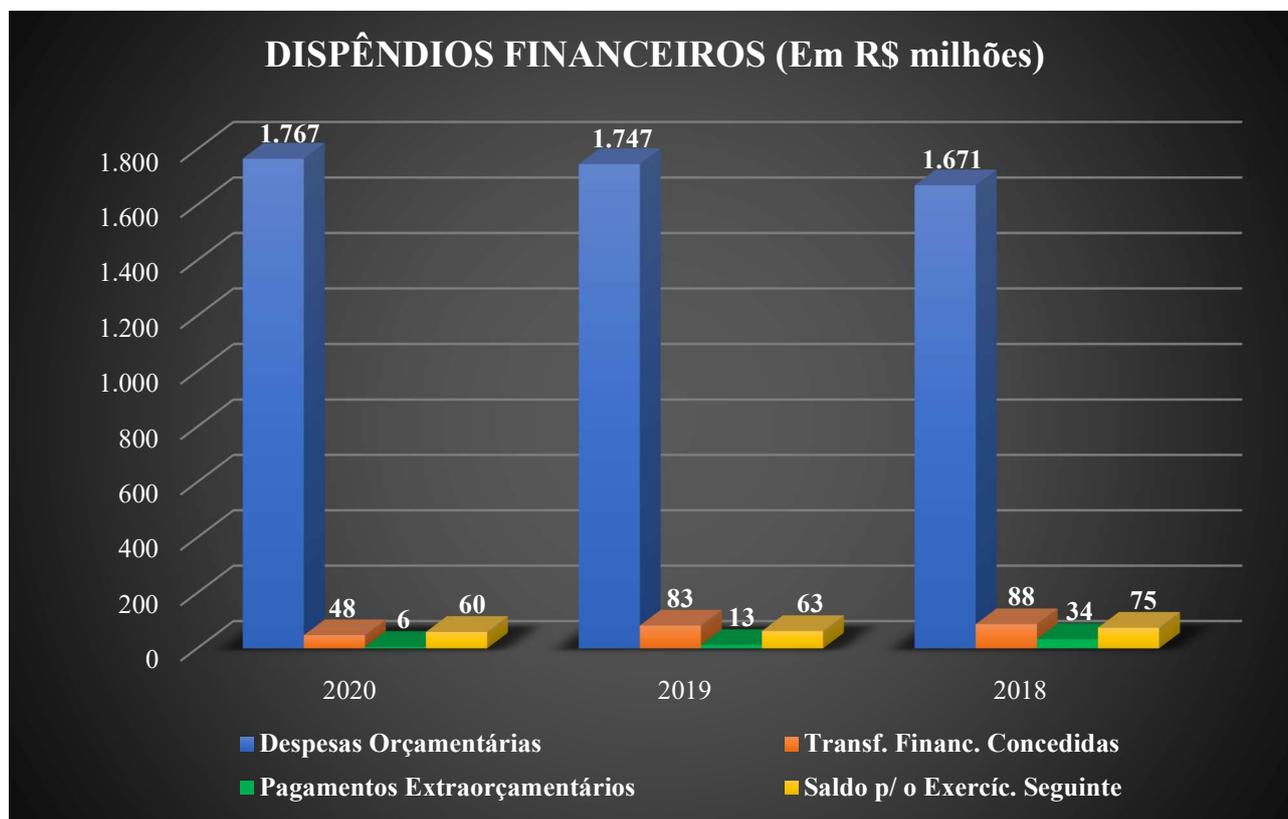


## NE 6 - DISPÊNDIOS

As despesas orçamentárias somaram cerca de R\$ 1,767 bilhão, sendo que 73% foram ordinárias, R\$ 1,292 bilhão, e 27% vinculadas à Seguridade e a Previdência Social, à Dívida Pública e outros recursos vinculados, R\$ 475 milhões.

Dos R\$ 48,2 milhões relativos às transferências financeiras concedidas independentes da execução orçamentária, R\$ 47,7 milhões referem-se, sobretudo, às receitas arrecadadas e recolhidas ao tesouro nacional; e R\$ 525 mil são relativos às devoluções de recursos financeiros em decorrência de cancelamentos de Restos a Pagar.

As despesas extraorçamentárias (R\$ 5,8 milhões) contemplam, predominantemente, os valores pagos no ano de 2020 a título de Restos a Pagar Processados e Não Processados inscritos no exercício anterior, além de depósitos restituíveis e valores vinculados. A seguir, o gráfico comparativo dos dispêndios financeiros ocorridos nos últimos três exercícios.



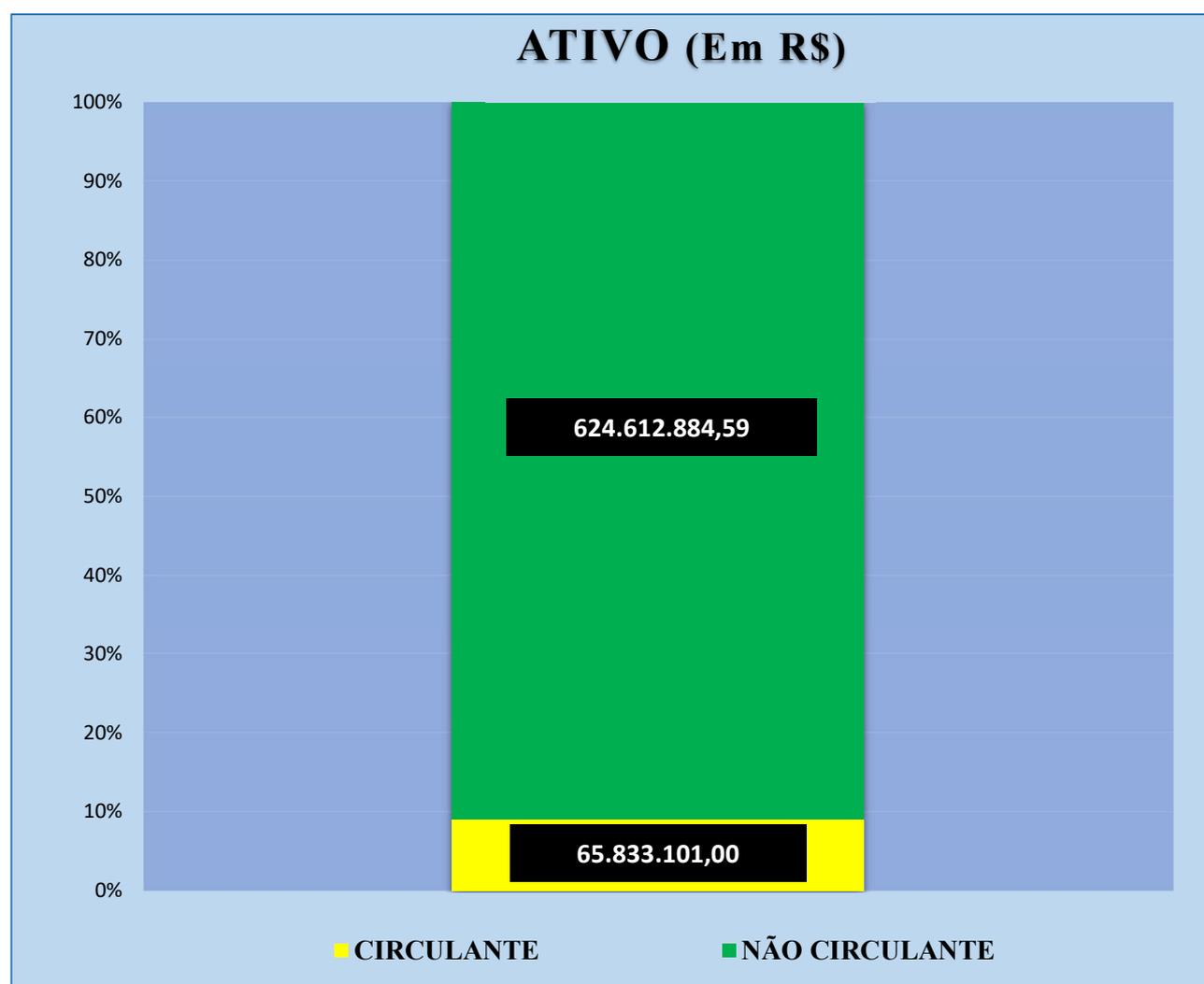


## NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do Órgão por meio de contas representativas do Patrimônio Público, bem como os Atos Potenciais, que são registrados em contas de compensação e têm natureza de informação de controle.

### ATIVO

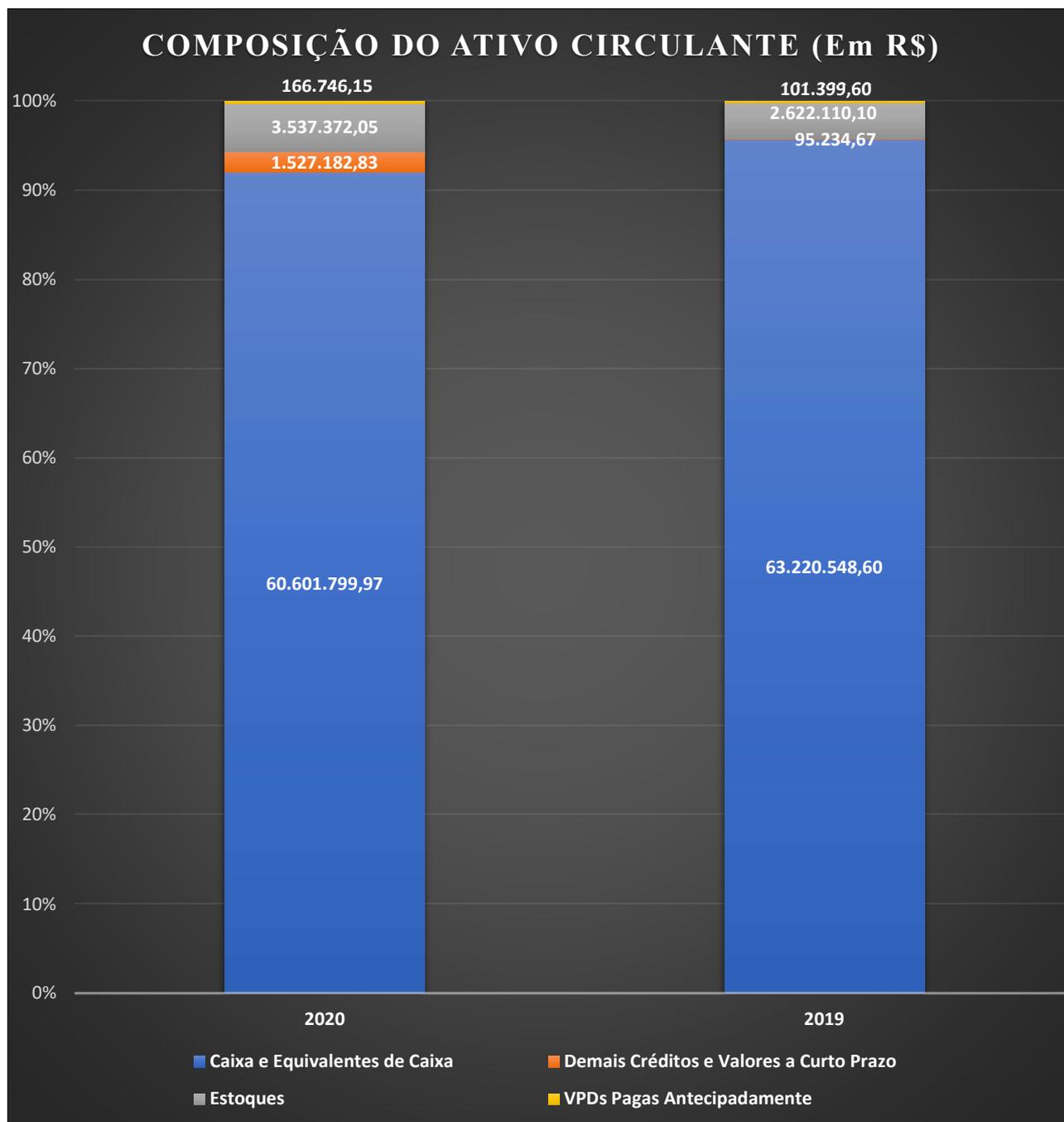
O Ativo somou R\$ 690,4 milhões, sendo que o Não Circulante, ou seja, aquele que possui expectativa de realização após doze meses da data das Demonstrações Contábeis, representou 90% do total, conforme pode-se verificar, a seguir.





## NE 7 – ATIVO CIRCULANTE

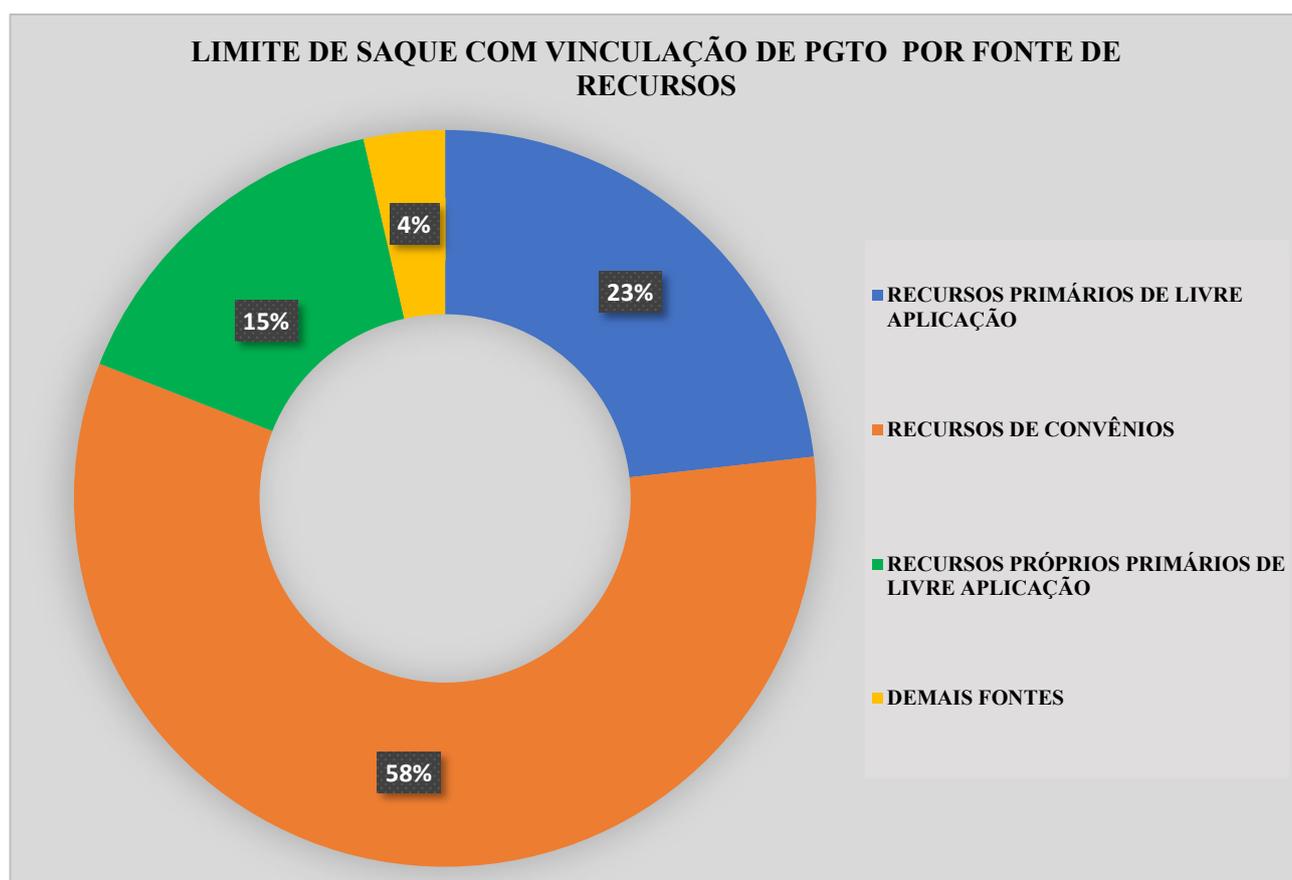
O Ativo Circulante compreende os ativos que satisfazem um dos dois seguintes critérios: estarem disponíveis para realização imediata ou terem expectativa de realização até doze meses da data das Demonstrações Contábeis. A seguir, é possível verificar a composição do Circulante em 2020, que somou R\$ 65.833.101,00, em comparação com o exercício anterior.





Constata-se, mediante análise gráfica, que 92% do Ativo Circulante é composto de Caixa e Equivalentes de Caixa, o que corresponde a R\$ 60.601.799,97, sendo que destes, 99,9% dizem respeito ao saldo da conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento da conta única do Tesouro Nacional, conforme Programação Financeira, R\$ 60.537.114,95, incluindo o saldo destinado a amparar as pendências de pagamento para 2021, inscritas como Restos a Pagar Processados e Não Processados no final de 2020. O restante corresponde a depósitos restituíveis recebidos à título de Cauções.

Segue gráfico com a composição do Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, por Fonte de Recursos.



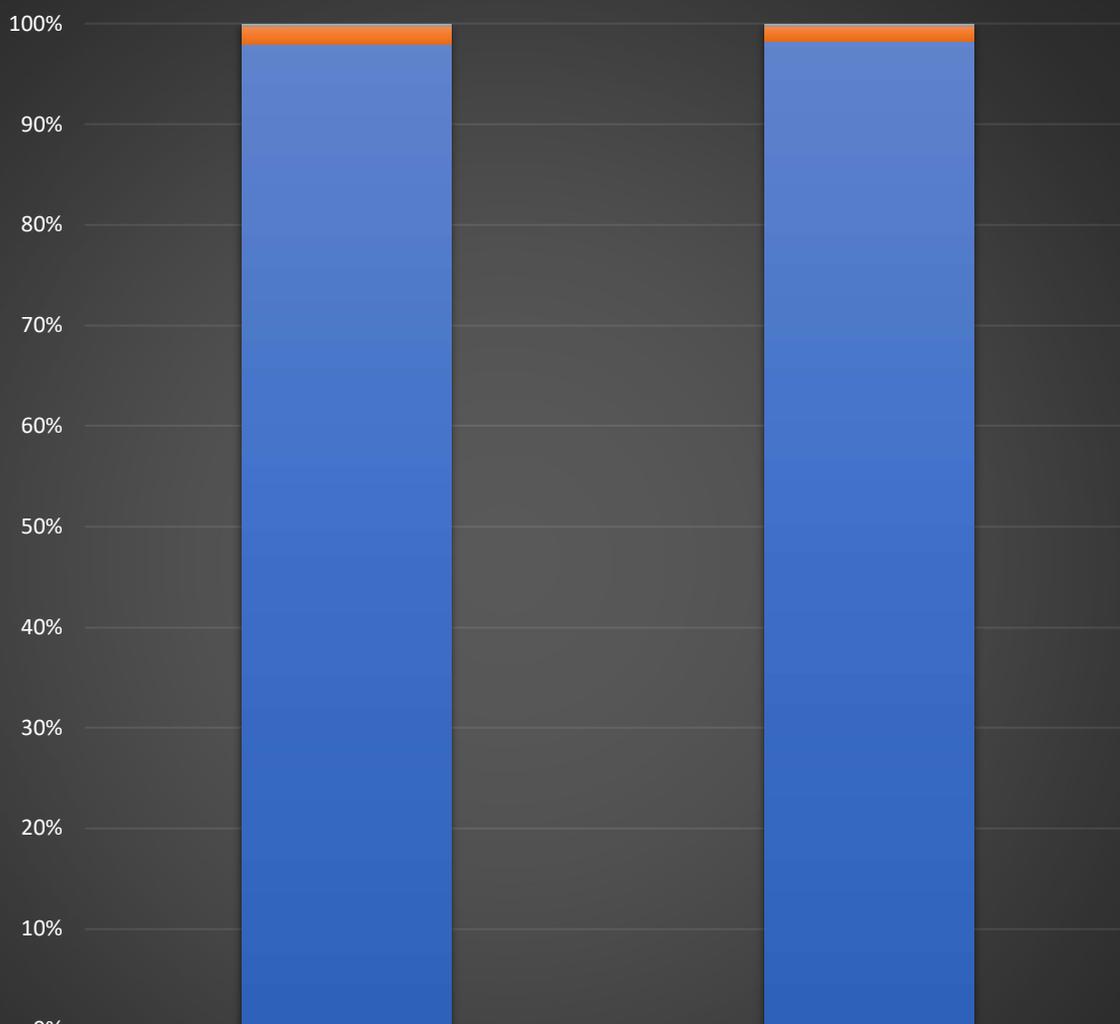
Os recursos de Convênios (R\$ 35 milhões), os Primários (R\$ 14 milhões) e os Próprios, diretamente arrecadados (R\$ 9,4 milhões) correspondem juntos a 96% do saldo de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento.



## NE 8 – ATIVO NÃO CIRCULANTE

O Ativo Não Circulante compreende os ativos que possuem expectativa de realização após doze meses da data das Demonstrações Contábeis, e soma R\$ 624.612.884,59, constituído por Créditos Realizáveis a Longo Prazo, Imobilizado e Intangível, conforme segue discriminado.

### ATIVO NÃO CIRCULANTE (Em R\$ milhões)



	2020	2019
Realizável a LP	1,4	1,4
Intangível	11,3	9,2
Imobilizado	611,9	620,0

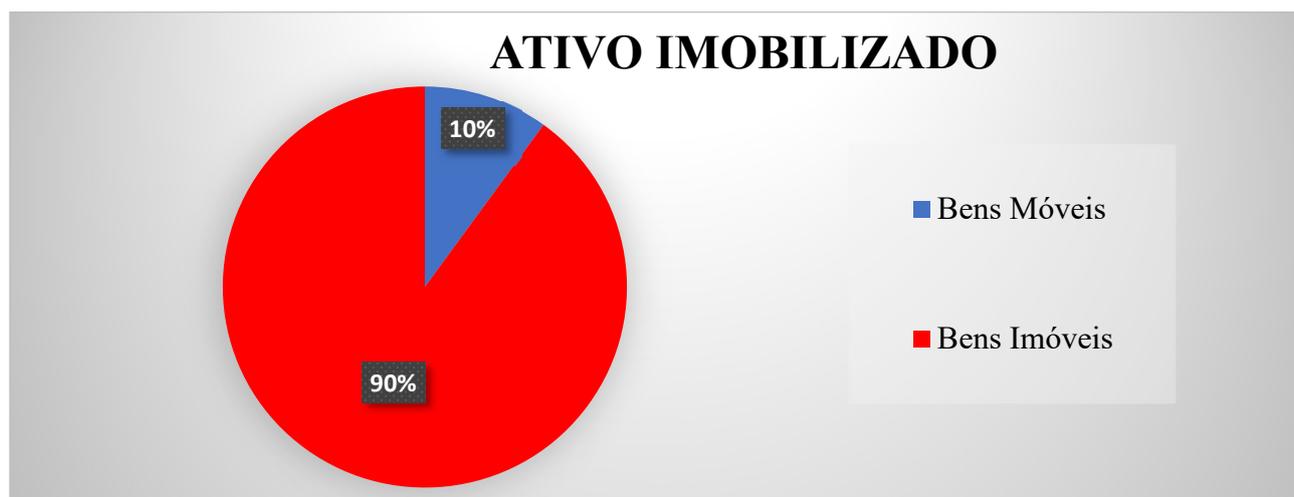


Quase a totalidade do Ativo Não Circulante é formado pelo Imobilizado, que corresponde a 98% do grupo, ou seja, R\$ 611.880.787,90 compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Os Intangíveis são compostos por softwares, sendo R\$ 229.899,90 com vida útil definida, e a maior parte, R\$ 11.150.850,37, com vida útil indefinida, ou seja, com licenças perpétuas de uso, ou com prazos indefinidos.

Por fim, os Créditos Realizáveis a Longo Prazo referem-se ao aporte inicial efetivado pelo Tribunal Superior de Trabalho – TST, a título de adiantamento de contribuições futuras para a Funpresp-jud (Previdência Complementar), em cumprimento ao Ofício Circular CSJT.GP.SG.CFIN N° 21/2015, e orientações contidas na Mensagem CFIN/CSJT\_N ° 040/2015 e Mensagem SIAFI 2019/1138678 de 22/10/2019, R\$ 1.348.190,76, e o restante são adiantamentos concedidos a pessoal, encaminhados para inscrição em dívida ativa, que somam R\$ 70.209,78.

O Ativo Imobilizado, por sua vez, está assim constituído:



## BENS MÓVEIS

Segue quadro demonstrativo do valor bruto, da depreciação acumulada e do valor líquido contábil, por grupo de Bens Móveis, estocados e distribuídos.



**BENS MÓVEIS – 2020**

Em R\$

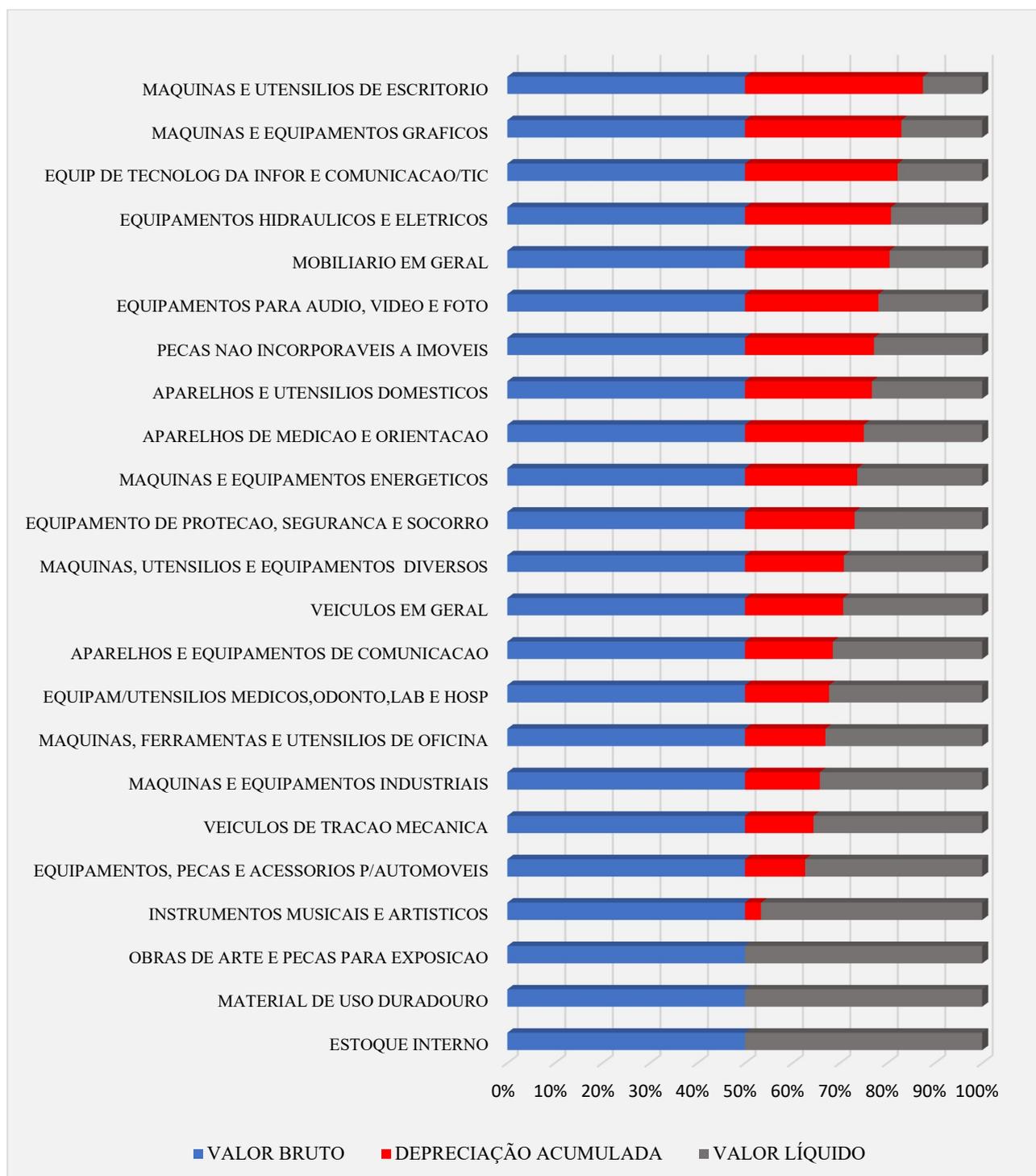
CONTA CONTÁBIL	VALOR BRUTO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUNICACAO/TIC	79.094.180,89	(50.871.605,73)	28.222.575,16
MOBILIARIO EM GERAL	25.207.297,74	(15.360.230,16)	9.847.067,58
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	10.076.301,79	(5.391.689,14)	4.684.612,65
VEICULOS DE TRACAO MECANICA	7.735.755,07	(2.230.546,69)	5.505.208,38
ESTOQUE INTERNO	4.646.482,84	0,00	4.646.482,84
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	3.208.929,51	(1.482.632,82)	1.726.296,69
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	2.143.742,75	(1.205.052,17)	938.690,58
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	1.605.551,07	(594.620,78)	1.010.930,29
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	815.025,17	(385.577,32)	429.447,85
MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	429.905,53	(322.496,37)	107.409,16
MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	429.718,61	(178.962,28)	250.756,33
EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONTO,LAB E HOSP	326.606,11	(115.612,60)	210.993,51
MATERIAL DE USO DURADOURO	290.588,43	0,00	290.588,43
VEICULOS EM GERAL	209.324,27	(86.659,80)	122.664,47
APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	123.327,67	(61.784,18)	61.543,49
PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	82.990,48	(45.128,16)	37.862,32
EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	40.695,05	(25.050,64)	15.644,41
OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO	39.011,11	0,00	39.011,11
EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	32.681,90	(8.276,82)	24.405,08
MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	20.878,24	(7.076,06)	13.802,18
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	6.738,88	(2.123,52)	4.615,36
INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	3.670,00	(247,68)	3.422,32
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	1.076,49	(709,44)	367,05
<b>TOTAL</b>	<b>136.570.479,60</b>	<b>(78.376.082,36)</b>	<b>58.194.397,24</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



O gráfico a seguir apresenta os grupos de Bens Móveis com maior depreciação acumulada em relação ao valor bruto, contribuindo para análise gerencial quanto às necessidades de futuros investimentos.

### ANÁLISE DA DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DOS BENS MÓVEIS





## BENS IMÓVEIS

Os Bens Imóveis representam 80% do Ativo (Patrimônio Bruto). Compreendem os Bens de Uso Especial, destinados aos serviços do Órgão, bem como os Bens Imóveis em Andamento.

COMPOSIÇÃO	2020	2019	VARIÇÃO	
			%	R\$
Bens de Uso Especial	562.902.708,74	560.751.761,94	0,38%	2.150.946,80
Bens Imóveis em Andamento e Instalações	359.865,28	2.245.296,18	-83,97%	-1.885.430,90
(-) Depreciação Acumulada	-9.576.183,36	-9.114.323,48	5,07%	-461.859,88
<b>TOTAL</b>	<b>553.686.390,66</b>	<b>553.882.734,64</b>	<b>-0,04%</b>	<b>-196.343,98</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Os Bens de Uso Especial registrados no SPIUnet são Edifícios e Terrenos/Glebas, que correspondem a 95% e 5% do total, respectivamente. Segue gráfico comparativo entre 2020 e 2019, desconsiderando o valor das depreciações.



Já os Bens Imóveis em Andamento contemplam valores que com a conclusão das obras serão incorporados ao valor dos imóveis, sendo composto por valores de Estudos e Projetos R\$ 163.065,28 (Varas de Trabalho de Votuporanga), já as Instalações, R\$ 196.800,00, dizem respeito ao sistema de geração de energia solar fotovoltaica, na Vara de Trabalho de Rio Claro.

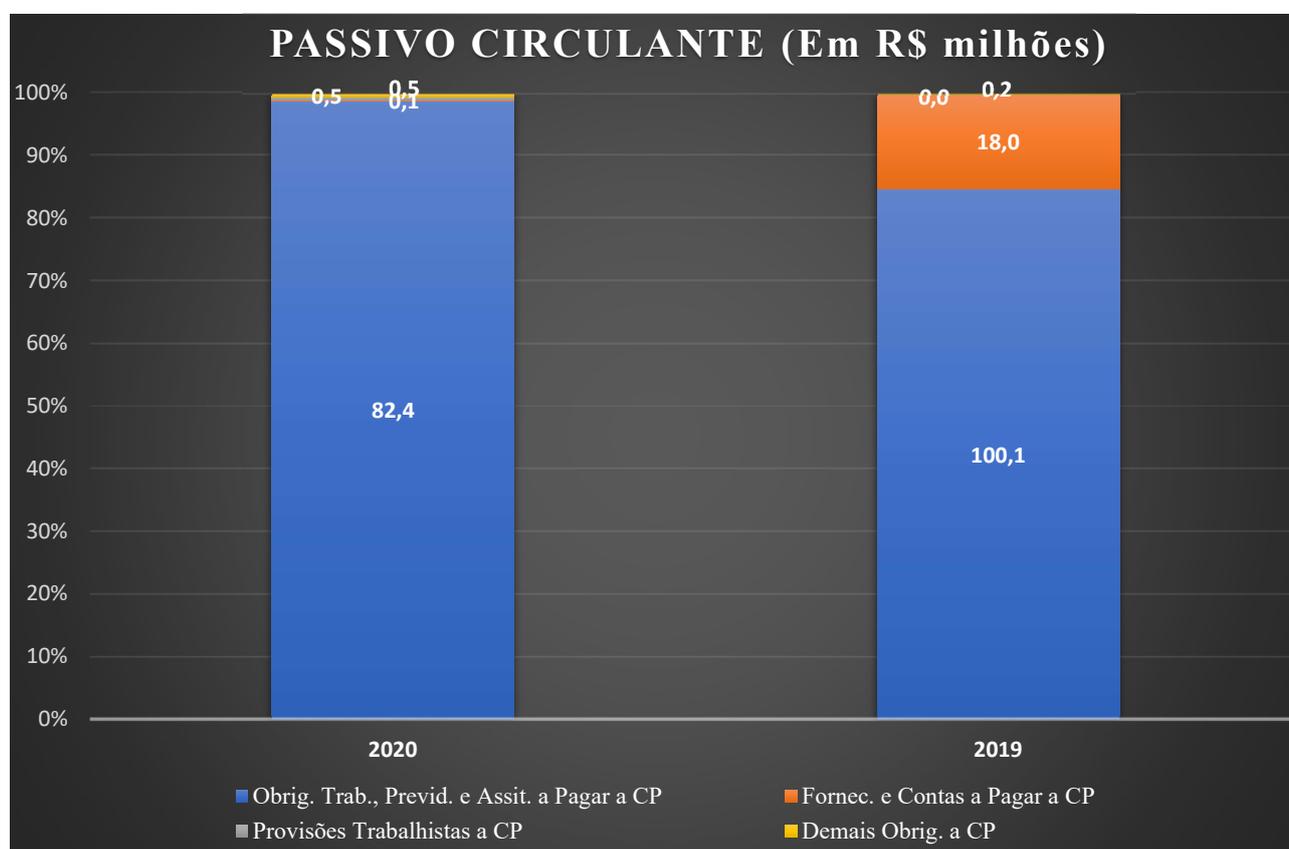


## PASSIVO

O Passivo Exigível de R\$ 83,5 milhões está constituído, apenas, pelo Circulante.

### NE 9 – PASSIVO CIRCULANTE

A composição do Passivo Circulante - obrigações exigíveis até doze meses da data das Demonstrações Contábeis - é a seguinte:



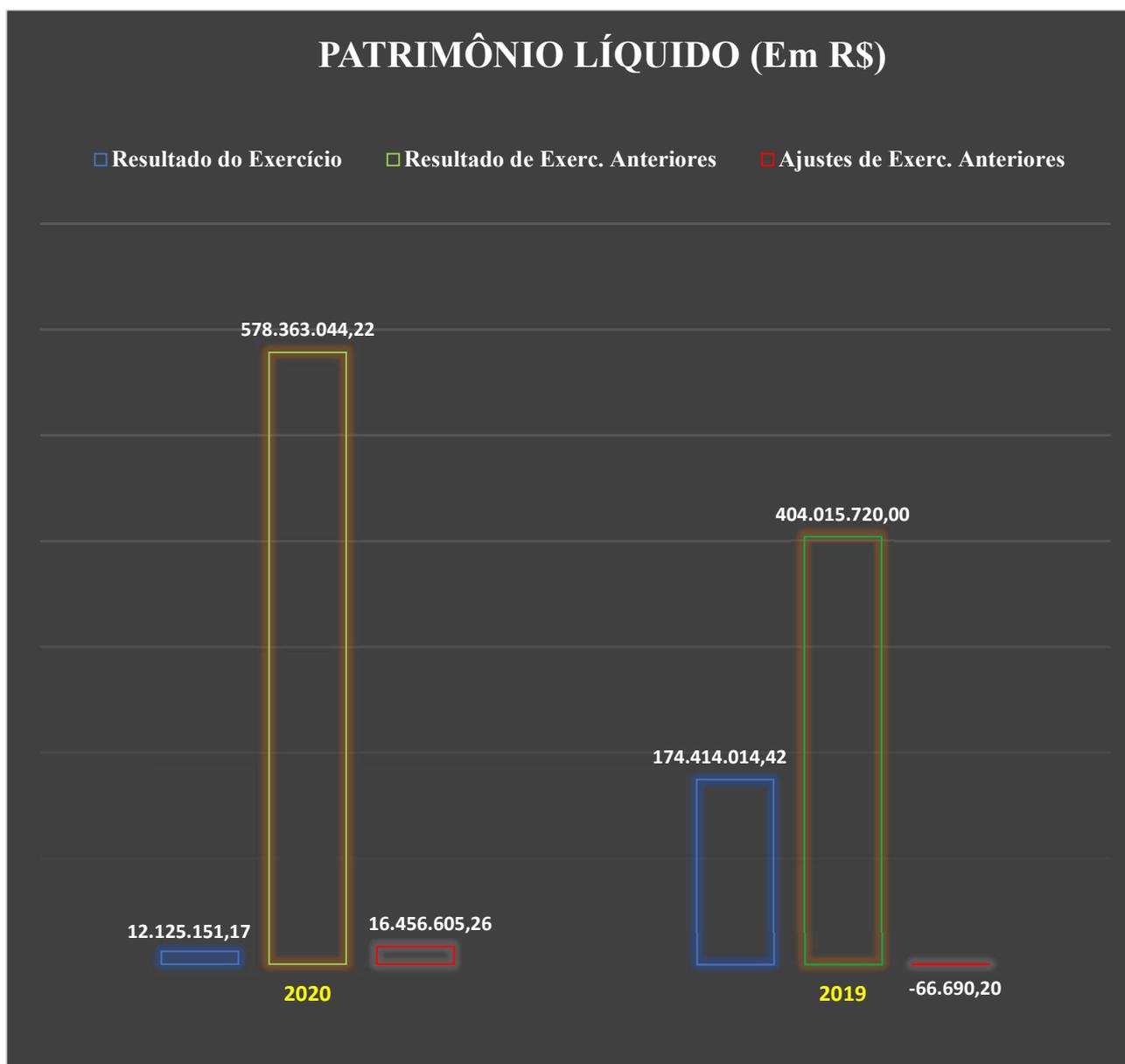
As Obrigações, os Encargos e as Provisões Trabalhistas correspondem a 99,31% de todo o Passivo. A redução de, praticamente, R\$ 18 milhões de obrigações com Fornecedores, se deu em virtude do pagamento de passivos relativos aos Honorários Periciais com Assistência Judiciária Gratuita. Apesar da maior representatividade em 2020, se comparada com a composição do Passivo em 2019, as Obrigações Trabalhistas sofreram uma redução de R\$ 17,7 milhões.



## NE 10 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

É o valor residual dos Ativos depois de deduzidos todos os Passivos. O Patrimônio Líquido acumula R\$ 606,9 milhões.

O aumento de cerca de R\$ 28,6 milhões, se deu em função do Resultado Patrimonial do Exercício, R\$ 12,1 milhões, apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP e, também, devido aos Ajustes positivos de Exercícios Anteriores, R\$ 16,5 milhões. A seguir, o gráfico comparativo com o ano anterior.



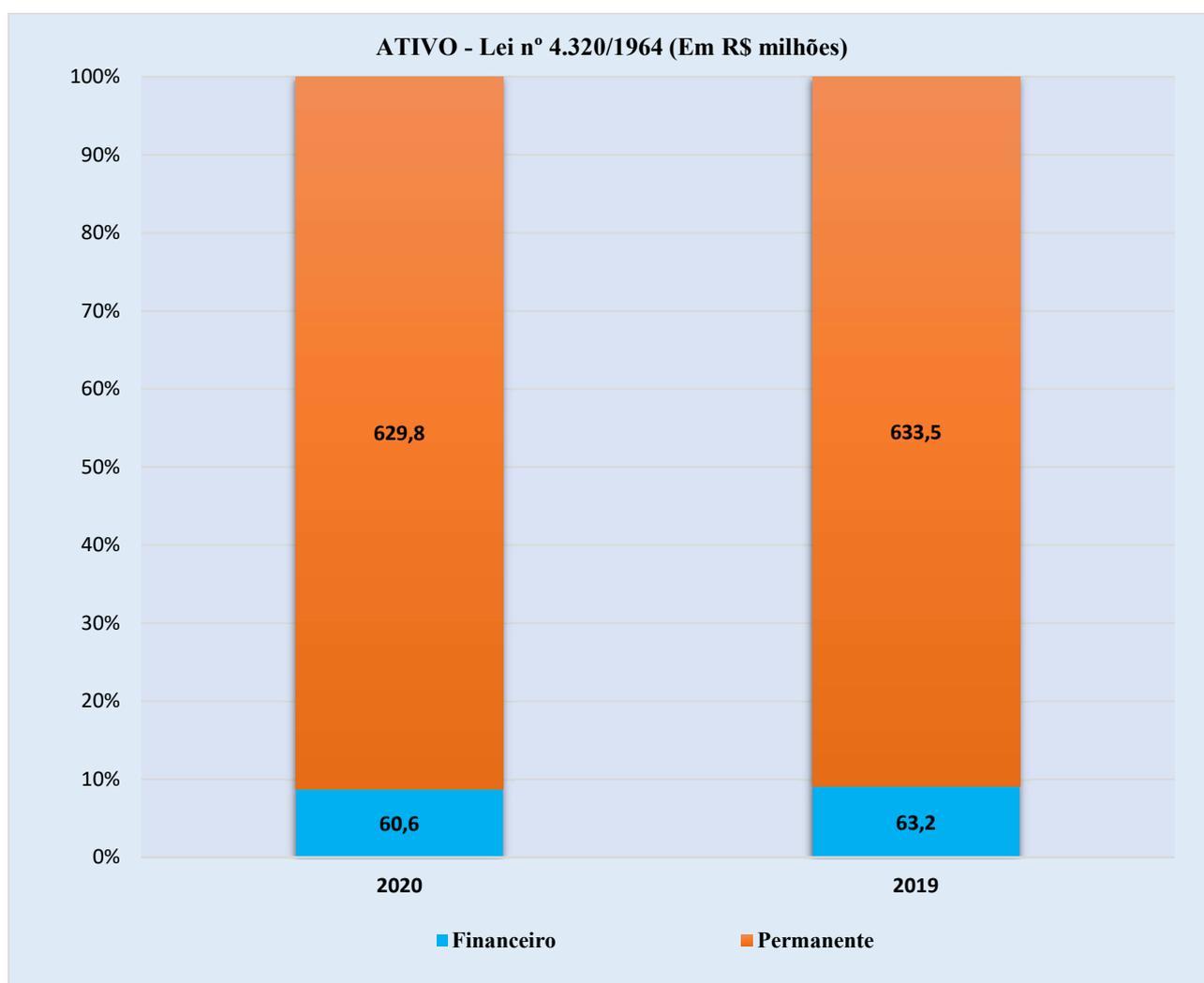


## ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

A Lei nº 4.320/1964, separa o Ativo e o Passivo em Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

### NE 11 – ATIVO FINANCEIRO E PERMANENTE

O Total do Ativo somou R\$ 690.445.985,59 composto da seguinte maneira:

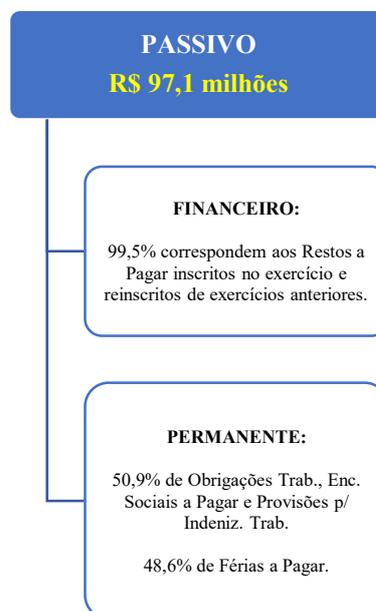
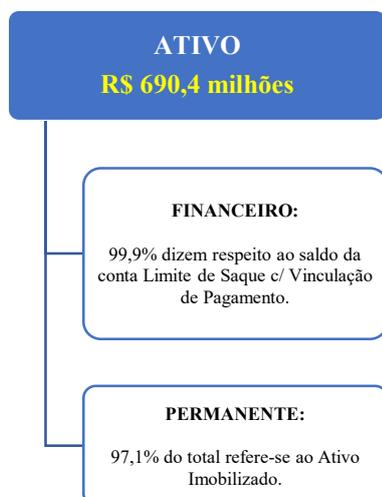
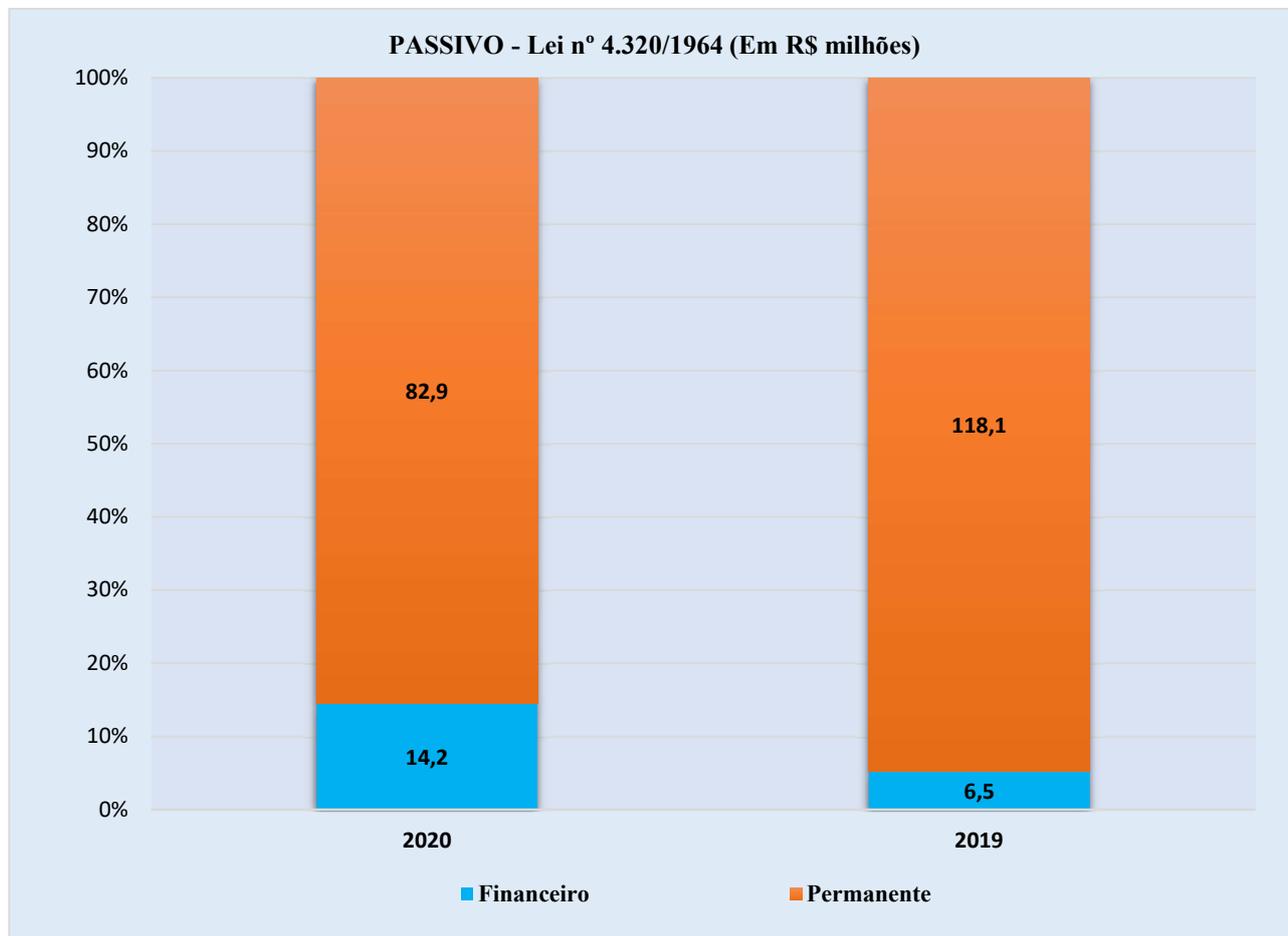


Pela análise gráfica, observa-se que os Ativos Financeiro e Permanente representam, respectivamente, 9% e 91% do total do Ativo.



## NE 12 – PASSIVO FINANCEIRO E PERMANENTE

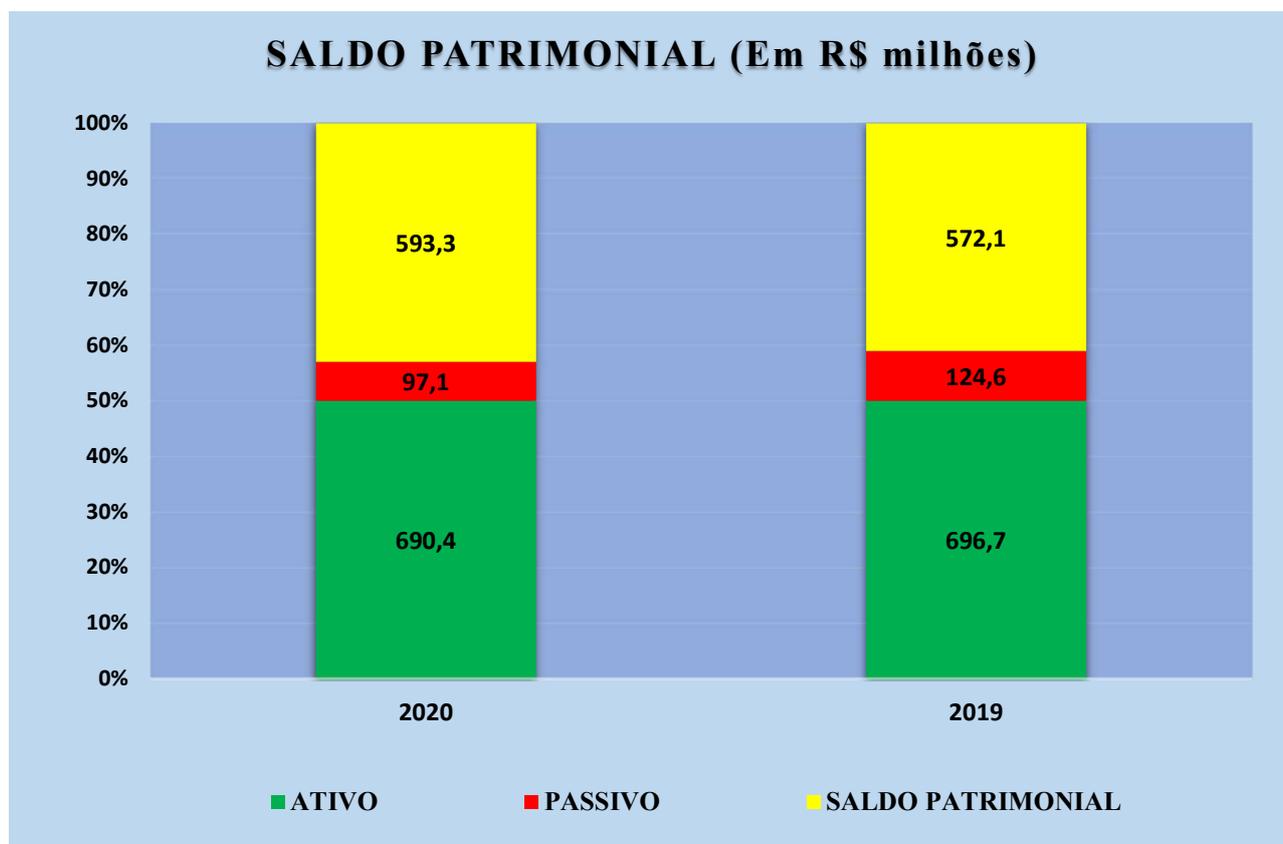
O Passivo somou R\$ 97.115.299,16, assim constituído:





### NE 13 – SALDO PATRIMONIAL

Em comparação com o exercício anterior verifica-se uma evolução do Saldo Patrimonial de 3,71% (R\$ 21,2 milhões). Este crescimento se deu em virtude da redução maior dos Passivos Financeiros, de cerca de R\$ 27,5 milhões, frente à uma redução dos Ativos Financeiros de, aproximadamente, R\$ 6,3 milhões.



O Saldo Patrimonial verificado foi de R\$ 593.330.686,43, a diferença para o total do Patrimônio Líquido é de R\$ 13.614.114,22 a menor, em virtude de o Passivo Financeiro computar os seguintes saldos: R\$ 13.511.000,25 relativos aos créditos a liquidar no exercício de 2020, inscritos em Restos a Pagar Não Processados ao final do exercício, e R\$ 103.113,97 originários do saldo remanescente dos Restos a Pagar Não Processados Reinscritos, executados no ano de 2020. O inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/1964 dispõe que pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas, desta forma, esses montantes computados no Passivo Financeiro, impactam o Saldo Patrimonial.



## ATOS POTENCIAIS A EXECUTAR

Registra os atos e fatos que possam vir a afetar o patrimônio da entidade governamental.

<b>ATIVOS</b> R\$ 9.246.454,75	<b>PASSIVOS</b> R\$ 126.487.566,58
<ul style="list-style-type: none"><li>•R\$ 6.241.811,22: <b>Garantias e Contragarantias Recebidas</b> (Fianças, Seguros-Garantia, e Cauções); e</li><li>•R\$ 3.004.643,53: <b>Direitos Contratuais de Aluguéis</b> (Cessões Onerosas)</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>•R\$ 126.487.566,58: <b>Obrigações Contratuais</b> (Serviços, Aluguéis, e Fornecimento de Bens).</li></ul>

### NE 14 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS

O saldo dos Atos Potenciais Ativos foi de R\$ 9.246.454,75, discriminado conforme a tabela a seguir.

Exercício	2020	2019	Composição	Variação	
	Saldo R\$	Saldo R\$		%	R\$
Fianças a executar	1.448.478,61	1.439.521,15	15,67%	0,62%	8.957,46
Seguros-garantia a executar	4.748.517,88	5.854.102,19	51,36%	-18,89%	-1.105.584,31
Caução a executar	44.814,73	64.685,02	0,48%	-30,72%	-19.870,29
Contratos de alugueis em execução	3.004.643,53	3.693.460,02	32,50%	-18,65%	-688.816,49
<b>Total</b>	<b>9.246.454,75</b>	<b>11.051.768,38</b>	<b>100,00%</b>	<b>-16,34%</b>	<b>-1.805.313,63</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

As fianças, os seguros-garantia e as cauções a executar correspondem a 67,5% dos Atos Potenciais Ativos. Os saldos de cauções a executar, depósitos restituíveis em contas bancárias na Caixa Econômica Federal, foram conciliados com o extrato bancário de dezembro de 2020 em 08/01/2021.

Os contratos de alugueis em execução, dizem respeito aos termos de cessões onerosas de espaços físicos: Processo 239-76.2012.5.15.0895 PA – Caixa Econômica Federal; Processo 240-61.2012.5.15.0895 PA – Banco do Brasil; e Processo CP 359/2013 – Associações de Advogados e Processo Administrativo.



## NE 15 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

Do total dos atos potenciais passivos a executar, R\$ 126.487.566,58, 48,93% referem-se a contratos de serviços, e 49,29% a contratos de aluguéis para manutenção das Varas Trabalhistas no interior do Estado:

Exercício	2020	2019	Composição	Variação	
	Saldo R\$	Saldo R\$		%	R\$
Serviços	61.894.659,63	81.040.824,21	48,93%	-23,63%	-19.146.164,58
Aluguéis	62.343.431,47	53.094.670,03	49,29%	17,42%	9.248.761,44
Fornecimento de Bens	2.249.475,48	2.522.653,81	1,78%	-10,83%	-273.178,33
<b>Total</b>	<b>126.487.566,58</b>	<b>136.658.148,05</b>	<b>100,00%</b>	<b>-7,44%</b>	<b>-10.170.581,47</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

## NE 16 – SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

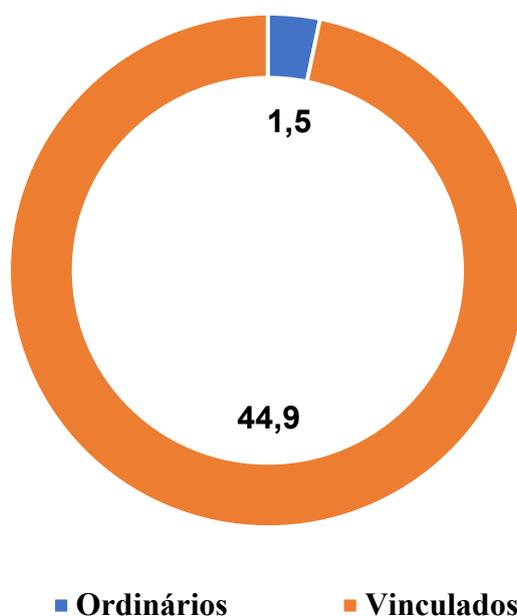
O superávit financeiro do exercício, apurado no Balanço Patrimonial, foi de R\$ 46.426.009,31.





Esse saldo financeiro está composto da seguinte maneira.

### DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Em R\$ milhões)



O Superávit Financeiro em 2020 em relação ao exercício anterior variou negativamente em 18,08%:

EXERCÍCIO	2020	2019	VARIÇÃO	
	SALDO R\$	SALDO R\$	%	R\$
ATIVO FINANCEIRO	60.601.799,97	63.220.548,60	-4%	-2.618.748,63
PASSIVO FINANCEIRO	14.175.790,66	6.547.016,90	117%	7.628.773,76
<b>SUPERÁVIT FINANCEIRO</b>	<b>46.426.009,31</b>	<b>56.673.531,70</b>	<b>-18%</b>	<b>-10.247.522,39</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Em 2020, os desembolsos operacionais e de investimento superaram os ingressos operacionais em R\$ 2,6 milhões, reduzindo o Caixa e Equivalentes em 4% no período.



## NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o Resultado Patrimonial do Exercício, mediante o confronto entre as Variações Quantitativas Aumentativas e Diminutivas.

### NE 17 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

As Variações Patrimoniais Aumentativas de R\$ 1,820 bilhão, foram menores em 16,92% em relação ao exercício anterior. As Transferências e Delegações Recebidas correspondem a 96,49%. Sendo os sub-repasses recebidos para o atendimento do Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário correspondente a 95,18%. Já as receitas arrecadadas com taxas e convênios correspondem a 3,6% do total.

Em R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2020	2019	Composição	Variação	
			%	%	R\$
Impostos, Taxas e Contr. de Melhoria	43.069.539,21	67.513.367,60	2,37%	-36,21%	7.273.314,68
Explor. e Venda de Bens, Serv. e Dir.	846.721,26	990.395,19	0,05%	-14,51%	-5.045.475,43
VPA's Financeiras	73.493,65	57.099,20	0,00%	28,71%	-8.571,27
Trans. e Delegações Recebidas	1.756.657.209,89	1.747.742.623,95	96,49%	0,51%	49.012.483,19
Valoriz/Ganhos c/ Ativos e Desinc. de Passivos	15.800.554,77	352.374.446,31	0,87%	-95,52%	333.773.380,41
Outras VPA's	4.028.830,79	22.639.210,15	0,22%	-82,20%	-11.990.164,04
<b>Total</b>	<b>1.820.476.349,57</b>	<b>2.191.317.142,40</b>	<b>100,00%</b>	<b>-16,92%</b>	<b>373.014.967,54</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

### NE 18 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

As Variações Patrimoniais Diminutivas foram de R\$ 1,808 bilhão. Desse total, 89,26% correspondem a despesas com Pessoal (ativo, inativo e pensionistas) e Encargos, e 6,08% referem-se ao uso de bens e serviços e consumo de capital fixo, além de juros encargos e correções monetárias.



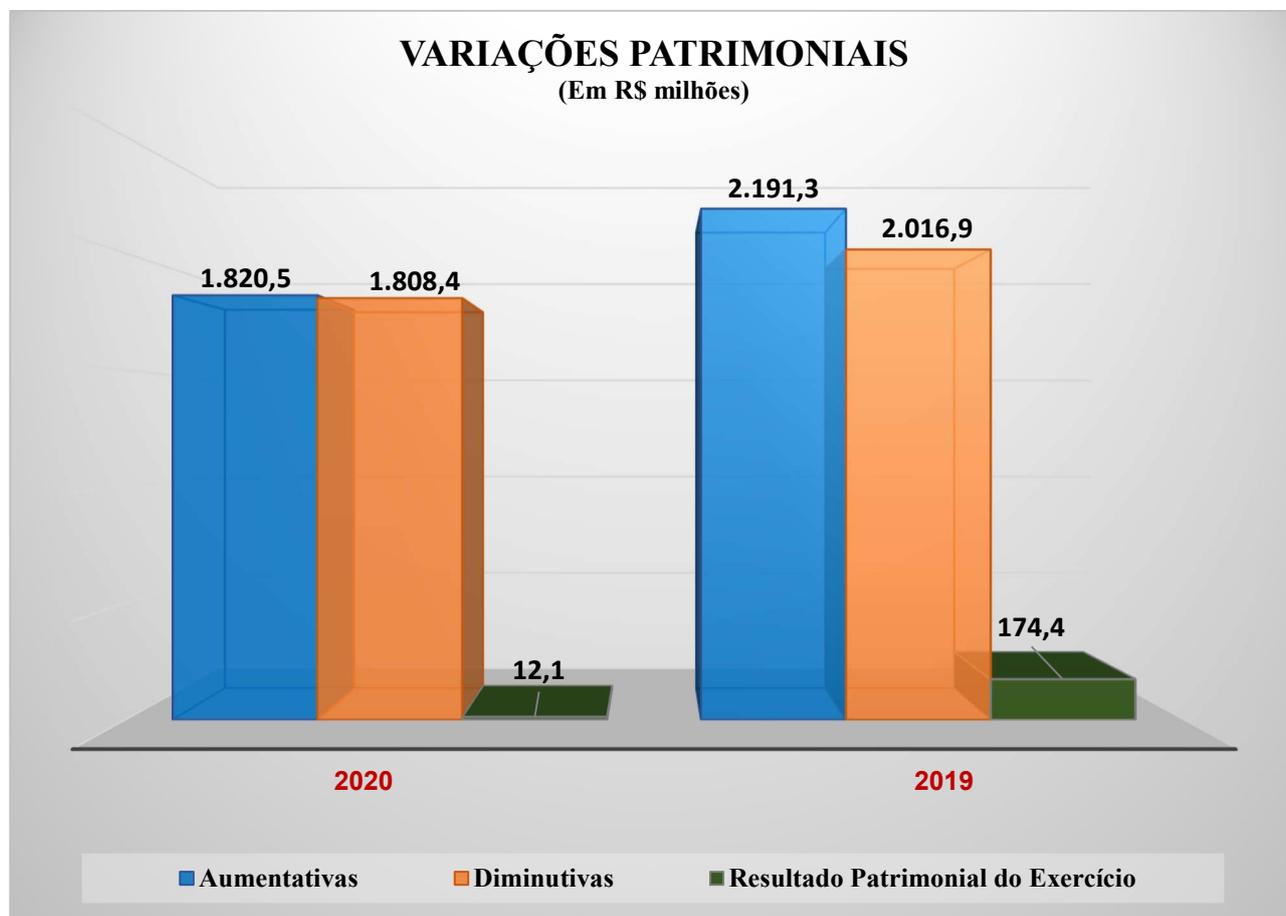
Em R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2020	2019	Composição	Variação	
			%	%	R\$
Pessoal e Encargos	1.145.157.481,24	1.170.794.956,90	63,33%	-2,19%	-25.637.475,66
Benefícios Previd. e Assistenciais	468.898.515,15	398.662.276,21	25,93%	17,62%	70.236.238,94
Uso de Bens, Serv. e Consumo de Capital Fixo	109.922.034,36	126.284.452,01	6,08%	-12,96%	-16.362.417,65
VPD's Financeiras	30.816,11	10.253,01	0,00%	200,56%	20.563,10
Transf. e Delegações Concedidas	49.289.541,07	107.173.008,28	2,73%	-54,01%	-57.883.467,21
Desvaloriz. e Perda de Ativos e Incorp. de Passivos	30.994.522,45	199.029.941,34	1,71%	-84,43%	-168.035.418,89
Tributárias	3.247.415,73	1.126.009,69	0,18%	188,40%	2.121.406,04
Outras VPD's	810.872,29	13.822.230,54	0,04%	-94,13%	-13.011.358,25
<b>Total</b>	<b>1.808.351.198,40</b>	<b>2.016.903.127,98</b>	<b>100,00%</b>	<b>-10,34%</b>	<b>-208.551.929,58</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

## NE 19 – RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO

O Resultado Patrimonial foi superavitário, R\$ 12,1 milhões, mesmo com as Variações Patrimoniais Aumentativas reduzindo 17%, e as Diminutivas reduzindo apenas 10%, em relação ao exercício anterior.





## NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A DFC identifica:

- as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- os itens de consumo de caixa durante o período; e
- o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

### NE 20 – FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Os Ingressos superaram os Desembolsos em 0,16% gerando um saldo positivo de R\$ 2.956.654,51. Os Ingressos totalizaram R\$ 1.804.635.281,16, sendo que cerca de 96% correspondem a Transferências Financeiras Recebidas, em quase sua totalidade na forma de Sub-Repasse.

Os Desembolsos Operacionais de R\$ 1.801.678.626,65, apresentaram a seguinte composição:



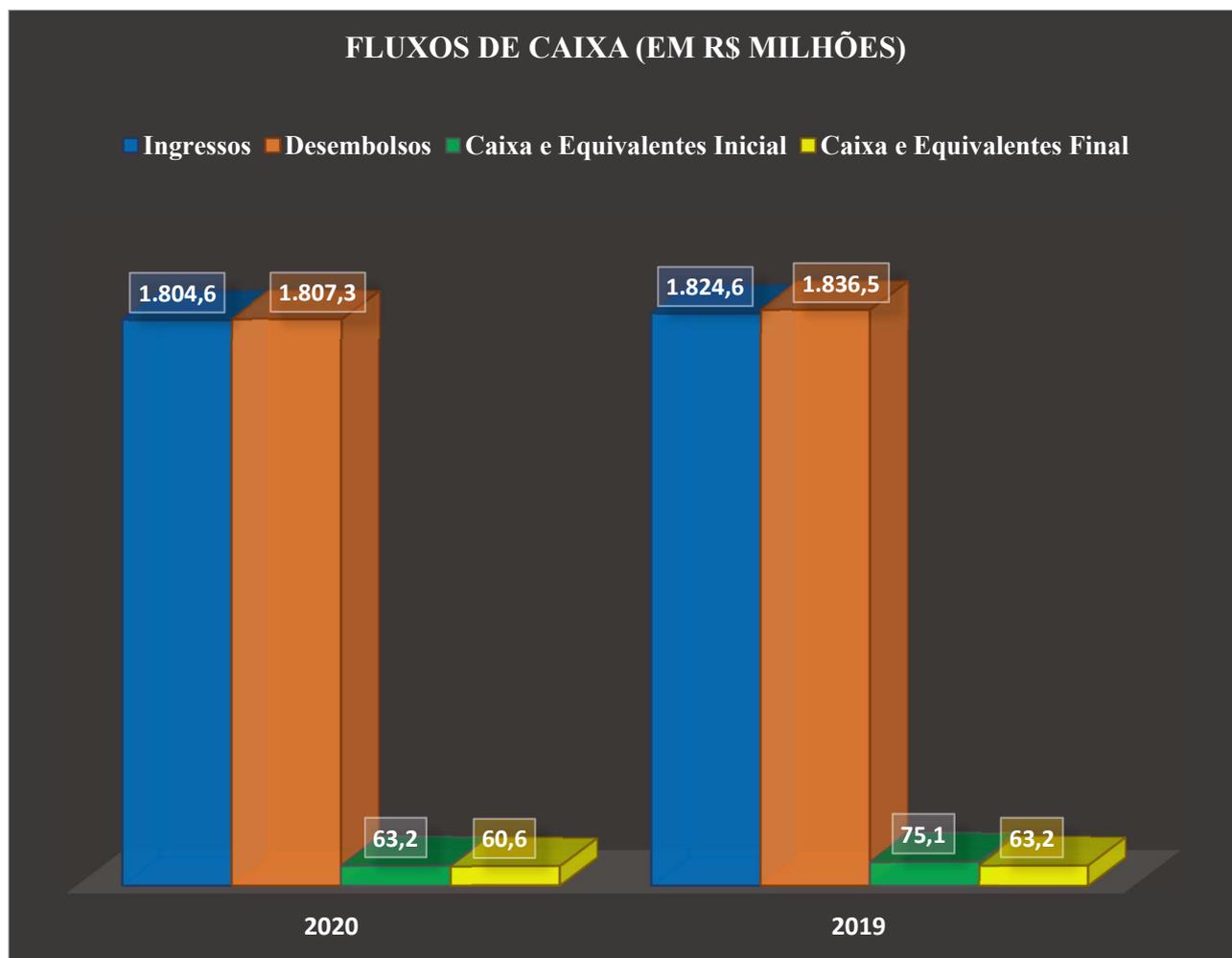


## NE 21 – FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

O total líquido no período é o valor dos Desembolsos, R\$ 5.575.403,14, já que o Órgão não possui Ingressos relativos às Atividades de Investimentos, quais sejam, aqueles oriundos de receitas referentes à Alienação de Bens e de Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos. No caso do TRT da 15ª Região, referem-se a gastos com Investimentos em Instalações, e com aquisições de Materiais Permanentes e Bens Intangíveis.

## NE 22 – CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL

Os Desembolsos Operacionais e de Investimento superaram os Ingressos Operacionais em R\$ 2,6 milhões, reduzindo o Caixa e Equivalentes em 4%, em 2020.





Conciliando-se os Fluxos de Caixa Operacional e de Investimento com os Ingressos e Dispêndios do Balanço Financeiro evidencia-se o saldo final de Caixa e Equivalentes.

Em R\$

INGRESSOS	1.818.639.791,78
Transferências Financeiras Recebidas	1.734.367.268,86
Recebimentos Extraorçamentários	84.272.522,92
DISPÊNDIOS	1.821.258.540,41
Despesas Orçamentárias	1.767.274.640,73
Transferências Financeiras Concedidas	48.210.030,43
Pagamentos Extraorçamentários	5.773.869,25
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES	(2.618.748,63)
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES INICIAL	63.220.548,60
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES FINAL	60.601.799,97

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

## NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### NE 23 – SALDO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) demonstra a evolução do Patrimônio Líquido da Entidade. Em 2020, as mutações somaram cerca de R\$ 28,6 milhões.





As mutações ocorridas foram as seguintes:



#### NE 24 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Durante o Exercício de 2020 ocorreram Ajustes de Exercícios Anteriores que afetaram o Patrimônio Líquido da entidade, encerrando o período com saldo positivo de R\$ 16.456.605,26, assim constituído:

<b>SALDO ANTERIOR A 01/01/2020</b>	<b>(66.690,20)</b>
Reclassificação do saldo para Superávit de Exercícios Anteriores. Registro do sistema contabilidade – STN.	66.690,20
Ajuste do saldo de férias a pagar, posição 31/12/2020, conforme planilha enviada da pela Coordenadoria de pagamento, com base nas orientações do item 7.1.5.2 da Macrofunção 02.11.42 - Folha de Pagamento e os itens 5.3.5.2. e 5.3.5.3. da Macrofunção 02.03.18 - Encerramento do Exercício, do manual SIAFI.	14.477.148,05
Apropriação da reversão da amortização do Ativo Intangível de exercícios anteriores, por reclassificação do software de vida útil definida para indefinida, com base na informação da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação e revisão dos processos de aquisição, relativas as seguintes inscrições genéricas IS1511643, IS1511676, IS1511677, IS1511680, IS1511682, IS1511687, IS1511688, IS1511690, IS1511695, IS1511697.	1.979.457,21
<b>SALDO EM 31/12/2020</b>	<b>16.456.605,26</b>



## PASSIVOS CONTINGENTES

Os Passivos Contingentes são obrigações possíveis resultantes de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade; ou obrigações presentes resultantes de eventos passados, mas que não são reconhecidas porque: não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para a extinção da obrigação; ou não é possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação.

### NE 25 – SALDO DOS PASSIVOS CONTINGENTES

Em 2020, o Passivo Contingente do Tribunal aumentou cerca de R\$ 1,2 milhões, conforme o quadro demonstrativo:

Em R\$

<b>SALDO ANTERIOR A 01/01/2020</b>	<b>230.955.966,97</b>
Obrigações e Encargos Trabalhistas referente à PAE e Diferenças de Proventos e Pensões.	163.251,60
Diferenças retroativas decorrentes de reembolso de despesas com remuneração e encargos sociais para Órgãos Cedentes.	7.625.773,75
Transferência de saldo de cancelamentos de Precatórios/RPV para Passivos Contingentes Não Confirmados, em face de mudanças no critério de contabilização, em atendimento ao item 9.11.15 da Macrofunção 02.03.36 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e conforme mensagem SEOFI/CSJT nº 45/2020 de 15/12/2020.	(6.579.326,39)
<b>SALDO EM 31/12/2020</b>	<b>232.165.665,93</b>

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

## CUSTOS OPERACIONAIS

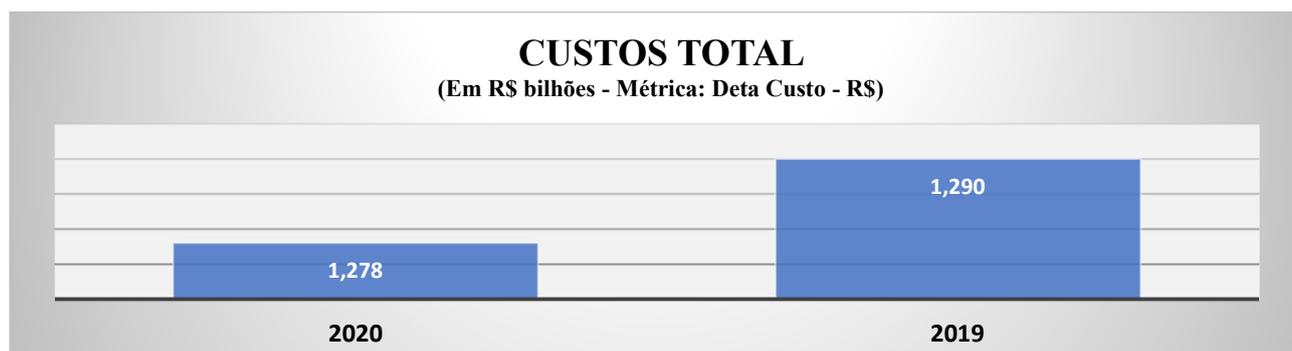
A Justiça do Trabalho, em atendimento à determinação do art. 50, §3º, da Lei Complementar nº 101/2000, iniciou, em 2007, estudos preliminares para criação de um sistema de custos que permitisse o acompanhamento da sua gestão orçamentária,



financeira e patrimonial. A partir da criação do Grupo de Trabalho de Custos (Ato CSJT.GP.SG nº 398, de 29 de outubro de 2013), o processo de implantação do Sistema de Custos (SIC-JT) foi qualificado como um projeto, acompanhado pela Meta Estratégica nº 9 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

## NE 26 – AVALIAÇÃO DOS CUSTOS OPERACIONAIS

O Comitê Gestor do Sistema de Informação de Custos da Justiça do Trabalho, instituído pelo Ato CSJT.GP.SG nº 320/2017, deliberou sobre a utilização da ferramenta de detalhamento de custos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). Utilizando - se das consultas elaboradas pelo CSJT e disponibilizadas em “Relatórios Compartilhados > Consultas Gerenciais > Relatório de Bancada dos Órgãos Superiores > 1500 – Justiça do Trabalho > 00. CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO > SEOFI > Custos > Relatório de Gestão 2020”, no Sistema Tesouro Gerencial, adaptadas para extração de dados da UG 080011 – TRT da 15ª Região, verifica-se que em 2020 o Custo Operacional Total foi de R\$ 1,278 bilhão, cerca de 0,93% menor que no ano anterior.



Para refinamento da informação, foram selecionadas e agrupadas, em 22 objetos de custos, as contas de Natureza de Despesa Detalhada, que combinadas à segregação por instância judicial, geraram um total de 88 Centros de Custos possíveis. O enfoque encontra legalidade na Portaria STN 157/11, no §2º do Art. 3º, que amplia a utilização do SIC-Gov às unidades de gestão interna do Poder Judiciário, classificando-as como Órgãos Setoriais.



---

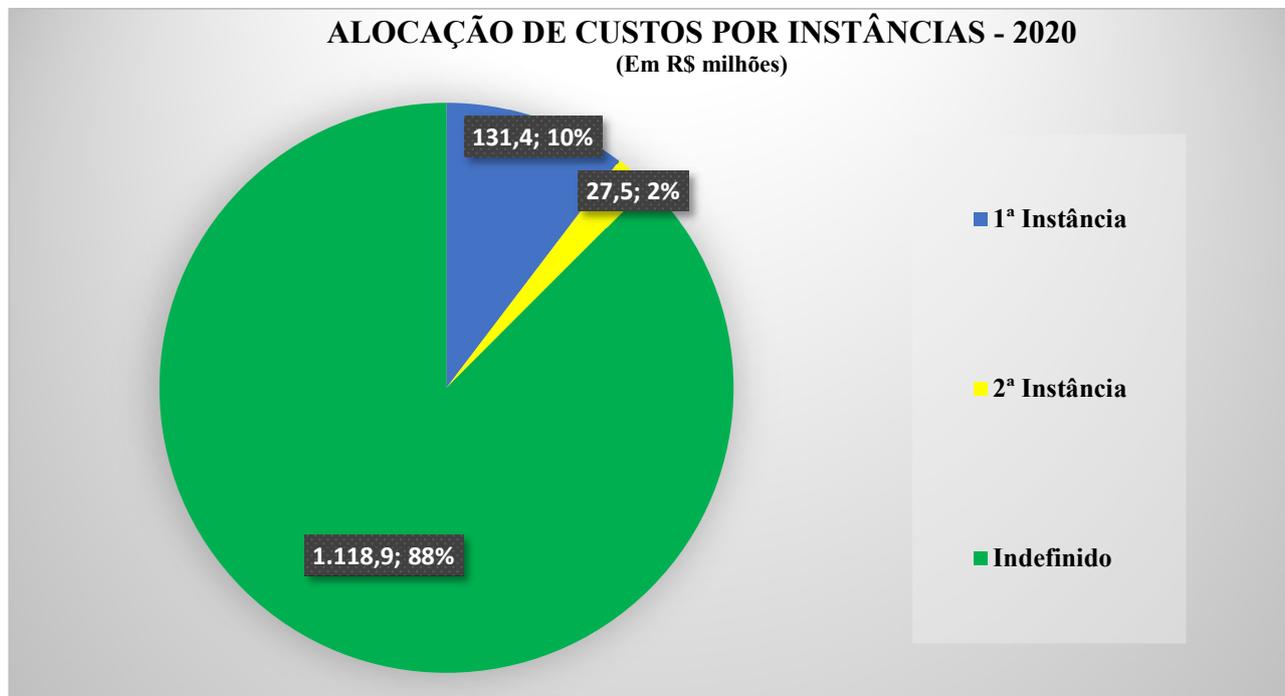
Em 2019, o CGSIC-JT desenvolveu e distribuiu - a todos os Tribunais Regionais do Trabalho - uma Cartilha Técnica com instruções para a implantação da Gestão de Custos. O documento detalhou as premissas básicas da metodologia utilizada, a rotina de registro no SIAFI, os objetos de custos, a codificação dos centros de custos e os critérios de definição de competência. Dessa forma, a partir de abril/2019, todos os TRT's e o TST passaram a ter a obrigatoriedade de preencher o campo de Detalhamento de Centro de Custos, que alimenta o SIC-Gov.

Atualmente, é possível elaborar e emitir diferentes relatórios para análise. Validando o que diz a STN sobre as ferramentas disponibilizadas pelo Governo Federal, esse é o primeiro estágio da mensuração de custos, e a partir deste ponto, à instituição é dada a liberdade de customizar e adaptar os dados extraídos, utilizando, para isso, sistemas próprios para aperfeiçoamento da informação. Na Justiça do Trabalho, isso será possível quando houver a integração ao seu Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira (SIGEO-JT).

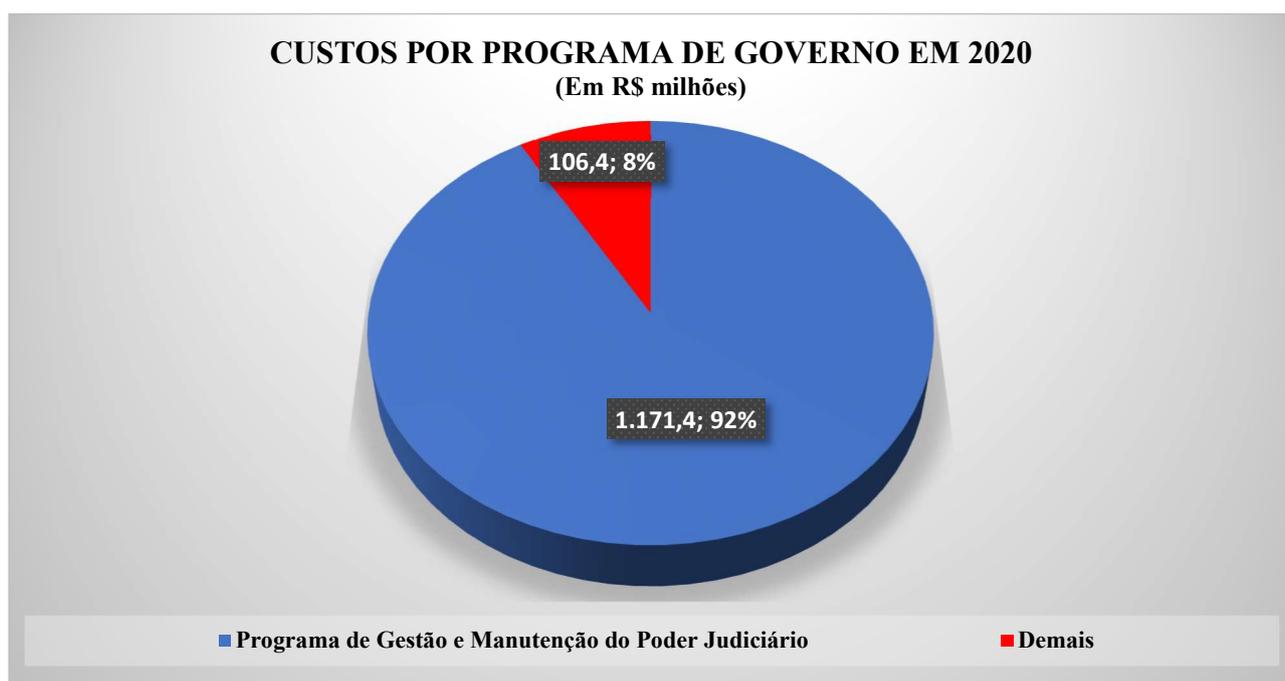
Os Centros de Custos cadastrados para a Justiça do Trabalho permitem a organização temática dos recursos consumidos, de forma a disponibilizar informações de caráter gerencial. Para isso, definiu-se, como premissas básicas que: inicialmente os custos de pessoal não serão detalhados, apenas alocados em centros de custos genéricos; o foco das análises será dado nos custos mais relevantes e de maior impacto no custeio das unidades; e os custos serão segregados, na medida do possível, de acordo com a instância judicial a qual se destinam.



Os Custos do TRT da 15ª Região distribuídos pelas Instâncias da Justiça do Trabalho em 2020 somaram R\$ 1.277.796.787,31, assim alocados:



Cerca de 92% do Custo Total refere-se ao Programa de Governo de Gestão a Manutenção do Poder Judiciário.





A informação de custos amplia a capacidade gerencial dos administradores públicos, ao subsidiar os processos decisórios e permitir a análise entre os recursos utilizados e os resultados atingidos na prestação de serviço. Nesse sentido, o gerenciamento de custos pode evidenciar as melhores práticas e identificar pontos de melhoria quanto a qualidade do gasto, considerando os conceitos legais de economicidade, eficiência, eficácia.

Finalmente, é importante evidenciar a alocação dos Custos por Centros de Custos, desconsiderando os Genéricos (Pessoal e Encargos Sociais).

